



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1286/17	DATA: 13/09/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 12h49min	TÉRMINO: 16h34min	PÁGINAS: 95

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Continuação da votação dos Destaques apresentados ao Relatório Parcial 3.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavras ou expressões inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções inaudíveis.
Há falhas na gravação.



(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Vamos reiniciar a sessão.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas cópias da Ata da 25ª reunião realizada no dia 12 de setembro de 2017.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peça silêncio. Está impraticável aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício do Deputado Antônio Jácome, justificando ausência no período de 4 a 5 de setembro de 2017, tendo em vista que se encontrava sob cuidados médicos.

Ofício da Liderança do DEM, designando o Deputado Elmar Nascimento, do DEM da Bahia, e indicando o Deputado Sóstenes Cavalcante, do DEM do Rio de Janeiro, para titular desta Comissão.

Ofício da Liderança do Partido Progressista, desligando o Deputado Esperidião Amin e indicando o Deputado Fernando Monteiro para titular desta Comissão.



Ofício da Liderança do DEM, desligando o Deputado Marcos Rogério, do DEM de Roraima, e indicando o Deputado Elmar Nascimento, do DEM da Bahia, para suplente desta Comissão.

Ordem do Dia.

Continuação da votação dos destaques apresentados ao Relatório Parcial nº 3, de 2017 — regras eleitorais, sistema eleitoral e modelo de financiamento de campanhas —, do Relator Deputado Vicente Candido.

Vamos ao Destaque nº 35.

Há algum Deputado que pretende encaminhar o Destaque nº 35? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, o Deputado Cacá Leão quer encaminhar novamente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Cacá Leão. Antes, porém, concedo a palavra ao Relator, Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, antes do encaminhamento, quero fazer um esclarecimento para quem ainda não está atendo ao destaque. Nós estamos analisando agora o Destaque nº 35, do PP, que, sendo aprovado, será retirado do texto o art. 8º, que diz o seguinte:

Art. 8º A distribuição dos recursos do Fundo de Financiamento da Democracia, que trata o art. 7º, entre as campanhas para os cargos dos Poderes Executivo e Legislativo, será feito de acordo com os seguintes critérios: 50% do total serão destinados às campanhas para cargo de Presidente, Governador e Senador; 30% do total serão destinados às campanhas para cargo de Deputado Federal; 20% do total serão destinados às campanhas para cargo de Deputado Estadual ou Distrital.

Parágrafo único. O partido poderá direcionar até 20% dos recursos por ele recebidos, na forma do inciso I, para as campanhas de Deputado Estadual, Federal e Distrital, reservados os limites estabelecidos no art. 13.



São os tetos que nós vamos discutir mais adiante.

Vou repetir: a versão primeira do relatório era mais restrita, definia verbas para cada cargo de Presidente, Governador e Senador, e não tinha esses 20% de flexibilidade. Na tentativa de aproximar um acordo de maioria, colocamos 20% de flexibilidade. Ainda assim, a proposta é polêmica.

O PP, através do Líder Arthur Lira, pediu aqui a liberdade total, como prevê o destaque do PP. Se aprovado o destaque, ficam os recursos sob o comando do órgão de direção nacional do partido. Qualquer tentativa de abordagem é polêmica. Então, foi combinado, dentro da polêmica, que é o desenlace é a votação. Nós vamos analisar agora esse destaque. Aprovado o destaque, o artigo é retirado do texto e fica autonomia plena partidária para o manuseio dos recursos do fundo eleitoral.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, por 5 minutos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, Sr. Relator, só uma informação. Derrotado o destaque, mantém o texto com os 20% de flexibilidade, que V.Exa. já incorporou.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. garantisse a minha palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mantém o texto original ou...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Derrotado o destaque, fica esse texto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O texto com a flexibilização dos 20%.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Quero falar contrário ao destaque.



O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, Deputado Lázaro Botelho, nobre Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Atenção, pessoal! Vamos ouvir o Deputado Cacá Leão, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente Lázaro Botelho...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Há indício de incêndio no computador ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Está pegando fogo no computador. Achei que o clima é que estava quente, mas, não, é um aparelho que está queimando. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É fogo, literalmente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O perigo é explodir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. e também o Relator Vicente Candido. Não posso deixar de elogiar a sua postura, sempre aberto ao diálogo, sempre disposto a encontrar um consenso que venha a ser pelo menos o mais próximo de um acordo. Mas todo mundo sempre soube que esse é o tema mais polêmico do relatório.

Essa discussão está sendo travada aqui já há algum tempo, inclusive, ontem, ela foi interrompida pelo gongo, com o início da Ordem do Dia no plenário, onde eu fazia exatamente a defesa desse destaque, pelo seguinte motivo: nós estamos tratando aqui sobre a divisão dos recursos do fundo eleitoral, que ainda não existe. Esse fundo ainda vai ter que ser votado, junto com a PEC 77, e também o brilhante relatório do Deputado Vicente Candido.

No meu entendimento pessoal — e disse isso ontem —, esse fundo não vai existir. Então, essa discussão é inócua. Mas, caso o fundo venha a existir, eu acho que essa discussão teria que ficar para o Plenário. Por isso, houve a apresentação desse destaque, para que o art. 8º saísse do texto e fizéssemos essa discussão no plenário depois, se o fundo fosse aprovado.



Já aprovamos, na semana passada, a PEC 282, o relatório, também brilhante, da nobre Deputada Shéridan, exatamente em sentido contrário ao que diz o art. 8º desse relatório. Ela dá aos partidos autonomia para discutir a questão dos recursos do fundo.

O intuito do Partido Progressista é o de que essa discussão passe para o Plenário. Sempre soubemos que não conseguiríamos chegar a um denominador comum e a um consenso nessa discussão, mesmo com toda a boa vontade do nobre Relator, Deputado Vicente Candido.

É por isso que o PP vai encaminhar o voto “não” ao texto, para que o relatório seja modificado, dele seja retirado o art. 8º, e no plenário da Casa façamos a discussão sobre a divisão do fundo, volto a afirmar, se ele for criado na votação da PEC 77.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, peço a palavra para falar contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, o Deputado Cacá Leão fez uma observação: que, ontem, todos nós, no início da sessão, havíamos concordado em dar prosseguimento ao debate dos destaques desse projeto de lei, e, naquilo que confrontar e conflitar com a decisão do Plenário, com relação à PEC 77 em especial, nós fazemos aqui os ajustes.

Ainda, é verdade, não foi aprovado o Fundo de Desenvolvimento da Democracia, como está sendo chamado o fundo eleitoral, e, do meu ponto de vista, é uma questão fundamental e central para a democracia brasileira que ele seja aprovado. Então, nós vamos trabalhar, estamos debatendo com os diversos Deputados, com os partidos, para que esse fundo seja, sim, aprovado. Esperamos que seja hoje no plenário, e o Presidente Rodrigo Maia já pautou a PEC 77.

Se o fundo for aprovado, será um avanço bastante grande para a democracia brasileira, será iniciado um processo de combate a toda crítica que a sociedade brasileira tem hoje com relação ao sistema eleitoral, em especial ao financiamento de campanha. O fim do financiamento empresarial já foi um grande avanço, mas nós



precisamos ajustar a equidade das disputas, o equilíbrio das disputas e o barateamento das disputas.

No entanto, o debate da distribuição desse fundo é, obviamente, polêmico. É polêmico entre os partidos e é polêmico entre os candidatos. É polêmico entre os Deputados e é polêmico entre as direções dos partidos. E, do nosso ponto de vista, o exercício da democracia partidária é preciso ser feito de forma bastante intensa. Se esse fundo for destinado exclusivamente pela decisão da direção do partido, sem o estabelecimento de uma regra mínima, vai se criar uma instabilidade entre os próprios Deputados que já têm o mandato e ainda maior entre aqueles que não têm o mandato e que terão destinação desse fundo, caso seja aprovada uma determinada regra.

Então, do nosso ponto de vista, é preciso, primeiro, ser aprovada uma regra. Essa regra de divisão, 50% entre as candidaturas proporcionais e 50% entre as candidaturas majoritárias, é, evidentemente, a mais democrática, porque possibilita que os partidos sejam estimulados a lançar candidaturas majoritárias, a fazer o debate político nos Estados e o debate político nacional nesse sentido. O partido que não quiser lançar candidato majoritário tem o direito de não fazê-lo e de, eventualmente, apoiar outro candidato.

O que é ruim, no nosso ponto de vista, é que esse partido possa utilizar esses recursos para potencializar suas candidaturas, em detrimento dos outros partidos. Então, haverá uma desproporção novamente, haverá um desequilíbrio novamente.

Portanto, a não utilização disso de forma indiscriminada, do nosso ponto de vista, permite mais equidade e um maior equilíbrio para as disputas das bancadas e as disputas internas do partido.

Por isso, nós defendemos que haja esse equilíbrio e que, no caso de o partido não quiser lançar candidato, esse recurso retorne ao Fundo Partidário e a Justiça Eleitoral possa utilizá-lo. Do nosso ponto de vista, inicialmente, esse recurso seria redistribuído para os demais partidos, mas, no relatório do Relator Vicente Candido, vai retornar para a Justiça Eleitoral e vai ser utilizado nas campanhas da Justiça Eleitoral.

O Relator propõe aqui que 20% disso possam ser redistribuídos. Do nosso ponto de vista, isso não é adequado. Porém, a proposta do PP é pior ainda, porque



ela remete à direção do partido, indiscriminadamente, a distribuição desse fundo, o que, do nosso ponto de vista, vai prejudicar muito a democracia interna dos partidos, vai prejudicar muito o equilíbrio dos partidos.

Portanto, nós somos contrários a esse destaque, somos favoráveis à manutenção do texto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Veja só, essa é uma matéria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Espere um pouquinho, Deputado Orlando Silva.

Vou conceder a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca, pois S.Exa. pediu a palavra primeiro.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam bem, nós já estamos fritando o ovo sem a galinha botar o ovo. Estamos discutindo um fundo que nem existe. Outro detalhe é que eu vou ter que votar com o partido. O meu partido está encomendando o voto, e eu represento o partido aqui e vou votar. Vou votar de forma contrariada, mas vou votar.

Sabem por quê? O que se está propondo aqui vai, inclusive, dificultar a aprovação do fundo no plenário. É mais fácil aprovar o fundo lá no plenário da forma como está no relatório do que como o destaque quer, porque a pergunta que o Deputado vai fazer — e Deputado que não é dono de partido — será a seguinte: *“Esse dinheiro vai chegar para mim? Que confiança eu tenho, que certeza eu tenho de que vai chegar?”*. Eu estou vendo aqui o meu craque, Marcelinho Carioca. É fazer o gol sem começar o jogo, não vale nada.

Então, veja bem, Sr. Presidente, lá no plenário, o Deputado vai perguntar o seguinte: *“Esse dinheiro vai chegar para mim?”* Não. É discricionário do partido. Aqui está mais justo, porque tem que se aplicar uma verba tal para Deputado Federal. Aí,



o partido vai aplicar mais para um, menos para o outro, mas pelo menos chega uma barbinha, um negocinho. Chega, a garantia está aqui.

Então, vejam bem, se for aprovado esse destaque, vai ser mais difícil fritar o ovo lá no plenário, porque tem que fritar lá e não aqui. Pode ser que a galinha não vá botar ovo lá no plenário também.

Concluindo, Sr. Presidente, eu entendo que esse destaque inviabiliza o fundo. Permanecendo como está, fica mais fácil aprovar o fundo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Eu vou passar a palavra para o Relator para que ele dê mais um esclarecimento. Depois, vou passar a palavra para o Deputado Orlando Silva.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Pode falar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Por que esses recursos que voltam vão para o Tribunal Eleitoral e não para o Erário? Eu não entendi. Eles têm que voltar para o Tesouro. O Deputado Valmir Prascidelli disse que voltam para o TSE. Não têm que voltar para o TSE, têm que voltar para o Tesouro. Peço que esclareça, por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Desculpe-me, voltam para o Tesouro.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Diante das indagações do Deputado Cacá Leão e agora também do Deputado Ronaldo Fonseca — e o Deputado Alessandro Molon ontem insistiu também nessa preocupação — quero dizer, Srs. Deputados, que nós temos alguns caminhos para construir o fundo. Primeiro, é a autorização constitucional; depois, a regulamentação que nós estamos fazendo aqui, combinado que, se houver alteração lá, fazemos depois o ajuste aqui.

Mas também temos que nos preparar para um plano B, que pode vir em Lei Orçamentária, LDO — e o Deputado Marcus Pestana trabalhou um pouco essa questão quando Relator da LDO —, para deixar o máximo possível equacionado, Deputado Ronaldo Fonseca, para não sermos questionados lá na frente de que estaríamos criando um fundo burlando o princípio da anualidade.



Por isso, temos que deixar todo o regramento pronto, e está aí no texto também a palavra “criação”, senão, poderemos ser arguidos lá na frente, se tivermos que construir um plano B. É por isso, o.k.?

Em relação a não acesso aos recursos ou devolução dos recursos, voltam para o Tesouro e não para o TSE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Ficou entendido?

Passo a palavra para o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu acompanho essa discussão com muito interesse. Tentei mesmo dialogar com o Deputado Vicente Candido para tentar...

Sr. Presidente, é impossível falar. Está muito barulho.

(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, tentei encontrar uma mediação com o Deputado Vicente Candido, mas confesso que, ao ouvir, inclusive, o Deputado Ronaldo Fonseca, o meu raciocínio é o inverso do dele. Na minha impressão, carimbar, subvincular esse fundo, como está sendo feito, pode desestimular os Deputados a votarem, porque, do total de recursos disponíveis, no máximo, poderá chegar a 30% para a campanha dos Deputados Federais.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - No mínimo.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - No mínimo. É preciso ter uma base.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu não estou concedendo aparte.

(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu observei a erudita intervenção do Deputado Ronaldo Fonseca, com direito a figuras de linguagens bastante criativas em silêncio.

Qual é a minha convicção, Sr. Presidente? Eu defendo que nós tenhamos autonomia dos partidos. Se um Parlamentar ou outro não está de acordo com o seu partido, se não há regra democrática de distribuição de recursos, que ele mude de partido, que procure um partido que é democrático e discute todos os temas. Pela



minha experiência, no meu partido, os debates são feitos pelas suas instâncias, democraticamente.

Portanto, eu defendo a autonomia dos partidos e que não façamos subvinculações aqui, até porque, primeiro, haverá tetos de gastos para cada campanha. Então, haverá um limite para o recebimento desses recursos por cada Parlamentar. Segundo, eu ouvi um colega falar aqui que, se um partido coligar com outro e não lançar um candidato majoritário, haverá mais recursos para apoiar candidatos a Deputado do seu partido, ou seja, haveria um desequilíbrio entre os partidos que são coligados que têm e não têm candidato majoritário. Só que o colega não raciocina que o partido coligado que não lançar um candidato majoritário estará ajudando o partido que tem candidato majoritário a fazer mais votos de legenda, o que reforça o seu partido.

Eu vou citar um exemplo concreto: o PCdoB apoiou o Partido dos Trabalhadores desde 1989. O número 13, que conta com bastante voto de legenda, tem a contribuição do PCdoB, que pediu voto para o Lula e voto para a Dilma.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas contou para a coligação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, acresça isso ao meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Silêncio, silêncio!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Portanto, essa conversa de que vai se criar algum tipo de desproporção é um lado da moeda. O outro lado da moeda é que quem não tem o candidato majoritário está, indiretamente, ajudando aquele Deputado do partido que tem o candidato majoritário.

O Brasil é muito complexo. Nós não podemos enquadrar os partidos na mesma lógica. Há partidos que têm vocação para o Parlamento. Basta vermos partidos que têm grandes bancadas, como o próprio Partido Progressista, autor dessa emenda, o PR, que tem grandes bancadas parlamentares. Isso corresponde à vocação desses partidos e à prioridade que esses partidos dão, e isso é legítimo. Se o partido quiser investir mais na eleição proporcional, é um problema de foro do partido. Não podemos nós aqui engessar os partidos.

Portanto, essa é uma medida que pode soar como casuísta para atender a interesses de uma meia dúzia de partidos. Isso pode dificultar a tramitação no



plenário, Deputado Ronaldo Fonseca, não facilitar a tramitação no plenário. Eu considero que nós deveríamos valorizar a autonomia dos partidos. Já que nós não conseguimos construir uma solução que fosse ideal, que nós valorizemos a autonomia dos partidos, que se defina, com base nos votos obtidos pelos partidos, qual a cota-parte para o financiamento das campanhas eleitorais. E, com base na autonomia, respeitando a autonomia, nós possamos definir a distribuição desses recursos.

Considero que essa é a medida mais democrática. Portanto, nós deveríamos aprovar a retirada desse texto. E que o Plenário possa refletir sobre o debate feito aqui.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço aos colegas que colaboraram com a minha intervenção interativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu sou daqueles que considera que essa proposta, que foi construída pelo Relator, media os dois extremos, neste momento de transição que nós estamos fazendo com o fim das coligações. Isso já está praticamente definido entre nós. A definição que ainda está sendo avaliada é se isso ocorrerá em 2018 ou em 2020, mas haverá o fim das coligações, o que vai impor aos partidos a possibilidade de haver apenas coligação nas majoritárias. E muitos partidos vão ser estimulados a ter candidaturas próprias, já que vão ter chapas próprias para o Legislativo.

Então, nesse sentido, eu acho que é prudente a proposta de se estabelecer 50% e 50% e definir 30% e 20% como é o escopo, a estrutura básica da proposta do Relator. O debate evoluiu para aqueles partidos, e nós estamos falando de uma transição cujo propósito, no futuro, é produzir a redução dos partidos, a fim de que os partidos tenham mais nitidez do ponto de vista programático, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista das suas convicções, dos seus valores, e que possam, conseqüentemente a isso, ter candidaturas próprias para apresentarem esse desenho partidário. Esse é o desejo de todos ou de boa parte dos que estão buscando essa construção. Então, eu acho que está de acordo a proposta do Relator.



No entanto, nessa transição, aqueles que não tiverem candidaturas majoritárias, mas que poderão fazer a coligação com outras agremiações, podem, pelas razões que já foram colocadas, quem tem nominata majoritária, atrair voto para a chapa proporcional, com o fim das coligações. Essa hipótese, Deputado Marcus Pestana, da coligação na proporcional não acontecerá. Nós estamos discutindo, com os olhos no futuro, o fim das coligações, que praticamente já está definido entre nós. Nós estamos apenas definindo se o fim das coligações será para 2018 ou 2020.

Nesse sentido, o partido que tem candidato majoritário atrai voto de legenda. Então, não há prejuízo; há simetria, necessariamente, quando a uma agremiação puder ser dado o direito, não tendo candidato majoritário, de realocar 20% desse total. Estávamos tentando estabelecer, atendendo 30%, não houve acordo, mas acho que a proposta do Relator está de acordo.

Portanto, o nosso posicionamento é contrário ao destaque. O destaque não evolui nessa direção. Por isso, a nossa manifestação é contrária ao destaque apresentado pelo PP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Nós já temos vários Deputados inscritos, mas já estamos indo para a orientação.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Vamos fazer a orientação, Sr. Presidente. Vamos iniciar a votação, e na orientação cada partido faz o seu encaminhamento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PMDB?
(Pausa.)

Vou conceder a palavra à Deputada Renata Abreu, porque S.Exa. se inscreveu anteriormente e não tinha falado ainda.

Com a palavra a Deputada Renata Abreu.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Orientação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Cada um argumenta no encaminhamento.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Vamos fazer a orientação, pelo PMDB.



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, já se iniciou o processo de votação, não pode, senão, V.Exa. perde a moral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Deputada Renata Abreu, na orientação V.Exa. fala pelo partido.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, nobres colegas, nós votamos e orientamos a bancada do PMDB a votar com o Relator. E mais uma vez o Relator acerta, promovendo o equilíbrio: 50% para as candidaturas majoritárias, 50% para as candidaturas proporcionais, garantindo um mínimo de 30% para as candidaturas de Deputado Federal, e um mínimo de 20% para as candidaturas de Deputado Estadual, porque, como nós sabemos, se der essa autonomia plena aos partidos, como alguns estão querendo, esse dinheiro vai ficar, no mais das vezes, nas cúpulas partidárias e não vai chegar à base, à militância, onde o partido realmente tem vida.

E isso é de fato um estímulo para que os partidos apresentem candidaturas majoritárias. Como estão querendo, nós faríamos uma lei aqui para desestimular as candidaturas majoritárias, o que seria um grande erro, porque poderia o partido de apresentar candidaturas majoritárias e de apresentar o seu programa de Governo, o seu projeto, o seu ideário político para a população poder avaliar o partido.

Por isso, nós, mais uma vez, estamos com o Relator Vicente Candido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, nós também entendemos que o Relator teve aqui uma prudência que é extremamente saudável para o processo de democracia e para o processo que inclua uma parcela da democracia financiada de maneira pública, ou seja, de forma republicana.

Se o País vai fazer um esforço para colocar recurso que garanta condições mínimas de disputa para todos que o partido apresentar como candidatos, ele tem que garantir essa condição mínima para todos esses candidatos que o partido vai registrar. Concentrar todo o recurso, com liberdade total, na mão da direção partidária é lógico que, em alguns casos, funciona e, em outros, não funciona. O Deputado Orlando disse que é uma questão de procurar o partido que nos agrada,



mas, na democracia real deste Brasil real em que nós debatemos, estamos muito longe desse desejo correto do meu colega Deputado Orlando Silva.

Então, nós precisamos garantir um equilíbrio na distribuição dos recursos que mostre que realmente a eleição vai ser irrigada em todas as pontas, inclusive com incentivo a candidaturas majoritárias que poderão dar, num primeiro momento, o colorido democrático real da eleição.

Então, voto “sim” com o Relator, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o Partido Progressista?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, eu discordo dos nobres colegas que me antecederam. Eu faço parte de um partido de cuja eleição de executiva eu participei, tenho total confiança. E tudo no meu partido, como disse aqui o nobre Deputado Orlando Silva, é discutido, é feito de uma forma que permita que a maioria que faz parte da agremiação discuta.

Eu não posso, infelizmente, falar pelos outros partidos pela sua discussão. O meu partido é um partido que tem, na sua função e no seu desejo, o incentivo a candidaturas de Parlamentares — Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores. Essa é uma característica em relação à qual cabe ao meu partido ou a outro partido tomar uma decisão. Então, não é justo que essa divisão seja feita de uma forma que venha a prejudicar esse processo.

É por isso que o PP apresentou esse destaque, é por isso que o PP orienta o voto “não” ao relatório, para que o art. 8º seja destacado do texto do relatório do Deputado Vicente Candido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Deputado Ronaldo tem razão ao falar que nós, de certa forma, estamos loteando a lua aqui, mas já que há a possibilidade de ocorrer a criação do fundo, é melhor cuidar da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Edificações desse loteamento na lua (*riso*), para, preventivamente, construir boas regras.

A reforma política não pode partir de exclusivismos — tem que ser um campo de criação de consensos. Se cada um ficar fazendo seu cálculo individual ou interesse particularista do seu partido, a coisa não anda — não é à toa que sempre



se morre na praia. Há partidos que têm vocação majoritária e há partidos que, legitimamente, têm vocação parlamentar. A partir daí, conquistam Ministérios, fazem a coalização *a posteriori* — esse é o nosso presidencialismo de coalização feito *a posteriori*, e não previamente, mas tudo é legítimo. Só não é possível introduzir uma iniquidade, um desequilíbrio na questão do financiamento, porque cada um deve ficar no seu quadrado. Candidaturas majoritárias...

Nós estamos criando, potencialmente, o financiamento público. São recursos públicos direcionados para determinados tipos de candidatura. Então, não é justo por dois motivos. Introduce, sim, Deputado Orlando, uma desigualdade competitiva. Os partidos que têm vocação majoritária — candidato a Governador e a Presidente — terão menos recursos para os seus candidatos a Deputado Estadual e Federal.

E, além de tudo, o Brasil não é um bom exemplo de democracia interna nos partidos. O mandonismo e o coronelismo são fato. Não pode haver chantagem em cima dos candidatos que, eventualmente, estejam em divergência com a direção nacional de seu partido.

O texto do Relator é preciso e, por isso, nós não podemos acolher esse destaque. Apesar de o argumento a favor da autonomia partidária ser muito elegante e simpático, no Brasil real e nas circunstâncias em que estamos, esse não seria um bom caminho para lotear a lua com qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PR?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, PR faz um alerta mais uma vez. Eu quero que nós voltemos à histórica votação do distritão, 1 mês e meio atrás. Quando o placar de 17 a 15 foi verificado a favor do distritão, houve um princípio de comemoração dos favoráveis àquele sistema. Naquela oportunidade, nós alertamos que o quórum não era suficiente para aprovar o distritão no plenário. Tanto isso é verdade, que até hoje sequer tiveram coragem de pautá-lo.

Nós estamos de novo, Sr. Presidente, em um abraço de afogados, situação na qual todos estão sem razão. Não têm razão os que querem engessar partidos como o nosso, que não são partidos de programação majoritária como o são o PMDB, o PT e o PSDB, nos obrigando a destinar 50% dos recursos às campanhas majoritárias. Está errado.



Nós fazemos um alerta neste momento, como fizemos 1 mês atrás. V.Exas. não terão 308 votos para aprovar essa proposta no plenário, porque enfrentarão duas correntes muito decididas: a primeira é contra o fundão de qualquer natureza — nessa corrente, me incluo; a segunda corrente, igualmente decidida, é aquela que não concorda, como o PP, que metade dos recursos do imaginável fundão seja destinada obrigatoriamente às eleições majoritárias.

Nós estamos — os dois lados — errados. Mas uma coisa é certa: não haverá 308 votos — ou 50% — para aprovar essa proposta no plenário. Esqueçam isso! Ou chegamos a um acordo ou não haverá fundão, nem com 50% nem com 20% nem com nada por cento, porque nós enfrentaremos as ruas, enfrentaremos a sociedade, já de cara, com a ideia do fundão.

Acompanhando o PP, o PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PSD?
(Pausa.)

Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, apesar da compreensão segundo a qual o estabelecimento de parâmetros pode diminuir o ímpeto das direções partidárias — inclusive, eu defendo uma emenda do Deputado Heráclito Fortes que proíbe a remuneração do dirigente partidário, porque nós estamos criando uma nova categoria de funcionário público sem concurso —, que, muitas vezes, estão totalmente distorcidas do conjunto partidário, nós temos uma compreensão clara, no caminho do que foi colocado por alguns aqui, de que esse debate não é bom neste momento, porque não fortalece o encaminhamento da postura aglutinativa que precisamos construir para a votação da PEC 77/03 no plenário.

Eu acho que cada coisa deve ser feita em seu momento. Primeiramente, precisamos definir o fundo, para, posteriormente, definirmos como serão distribuídos os recursos. Eu acho que essa antecipação não contribui para a busca de uma unidade no plenário em torno da PEC que queremos votar hoje à tarde.

Diante disso, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o DEM?



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nós entendemos a importância desse item especialmente para a democratização de recursos partidários. Lamentavelmente, muitos partidos fazem do coronelismo totalitário de seus dirigentes uma dificuldade enorme para a democratização dos recursos econômicos. E nós entendemos a necessidade dessa democratização. Nada mais justo do que, neste momento, debatermos o assunto. Isso não vai inviabilizar a aprovação da PEC em plenário.

Tenho convicção de que os nossos colegas verão o sofrimento no dia a dia de alguns Parlamentares nesta Casa com seus partidos, e esses Parlamentares receberão a solidariedade daqueles que não sofrem, mas entendem a necessidade de instituímos parâmetros em percentagem como está estabelecido no texto.

Portanto, neste item, nós votamos “não” ao destaque e “sim” à manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, embora nós do PRB já tenhamos...

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Errei. Já vou corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Para manter o texto, deve-se votar “sim”.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Já corrigiu lá.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Orientei “não”. A orientação do Democratas é “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O que o Deputado Sóstenes Cavalcante quis dizer é “sim” ao destaque e “não” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, embora o PRB...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - É engraçado, Sr. Presidente. Nós ouvimos todos os colegas que se posicionaram e gostaríamos, no mínimo, de um tratamento igual. Se for necessário aumentar nosso timbre de voz, acabaremos



incomodando todos os que estão aqui. Acho que seria o mínimo, por nossa parte, observarmos esse detalhe. Esta é a colocação que faço a V.Exa., para que contorne.

Voltando à nossa fala, o PRB tem se posicionado contra a criação do FEFD porque entendemos que esse fundo é um acinte à sociedade neste momento que nós vivemos. Dizem que este é o anseio da sociedade. Para o PRB não o é. O nosso posicionamento em plenário será contra a criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia. Disse e volto a repetir: não existe coisa mais esdrúxula do que esta: Fundo Especial de Financiamento da Democracia. De onde? E para quê?

Quanto ao que está sendo proposto neste momento, Sr. Presidente, nós não podemos conceber — peço vênias ao nosso querido amigo Relator desse PL — que se mexa na autonomia do partido, porque, se existem partidos que lançam candidatos majoritários, esses têm que ter autonomia para gastar tudo o que quiserem com seus candidatos majoritários. Mas eles não devem pensar que todos os partidos que não lançam candidatos majoritários têm que seguir também a sua linha de pensamento, a sua linha de conduta. De forma alguma! Então, como conceber que os partidos que sempre lançam candidatos majoritários queiram que os partidos que não lançam aquiesçam que a metade seja para campanha majoritária? Convenhamos!

Então, o PRB, trabalhando pela manutenção da autonomia dos partidos, vota “não” a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, o PDT vai acompanhar o Relator e vai votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PTB?
(Pausa.)

Como vota o Podemos?

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, eu preciso reforçar as palavras do Deputado Orlando Silva.

A questão da distribuição vinculada, da forma como está sendo proposta para o Relator, gera uma inconsistência muito grande. Você está obrigando que 50% dos



recursos, se flexibilizarem os 30%, seja para majoritário. É importante lembrar que os partidos que não vão ter candidatura majoritária não poderão dispor desse recurso, por exemplo, para colocar na campanha dos federais, dos estaduais.

Cada partido tem uma estratégia, e a autonomia partidária inclusive foi votada na PEC 282/16, da Deputada Shéridan, que está em plenário, ou seja, votar isso vai na contramão do que nós já votamos na PEC 282/16. Cada partido tem a sua estratégia, e fazer uma vinculação dessas — é importante saber — vai beneficiar somente os partidos que têm campanha majoritária e vai dificultar àqueles que querem investir na campanha proporcional o fortalecimento de suas bancadas. E isso é proposital, porque os partidos que tem majoritário obrigatoriamente terão que investir no majoritário e poderiam perder bancada para partidos que investiriam no proporcional.

É importante as pessoas saberem disso. É claro que isso é perigoso. O PSDB pode amanhã eleger um presidente da República e ter uma bancada menor que a do Podemos, que vai pegar o recurso — tudo bem que ele tem majoritário também. E é por isso que está sendo proposto esse formato pelos grandes partidos. Se nós votarmos isso, vamos dificultar muito os recursos do proporcional, criando uma distorção.

Enfim, a orientação do Podemos é “não” ao texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o Solidariedade?

O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Sr. Presidente, nós vamos votar “não” ao texto do Relator e “sim” ao destaque supressivo, porque entendemos que nós temos que preservar a autonomia partidária num tema tão difícil de construir um acordo. Creio que a nossa posição de liberar os partidos para decidirem como será utilizado esse recurso é a mais razoável, até porque a estratégia eleitoral de cada partido cabe à sua direção nacional ou estadual.

Então nós votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PCdoB?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu quero ler o art. 3º desse projeto que nós já aprovamos aqui.

O art. 3º diz o seguinte:



Art. 3º É assegurada ao partido político autonomia para definir a sua estrutura, organização e funcionamento, de acordo com os seguintes princípios:

I - gestão democrática e participação dos filiados;

II - renovação periódica nos cargos de direção e deliberação;

III - transparência no que diz respeito às regras de funcionamento e utilização de recursos públicos e privados.

Nós já enfrentamos, neste texto apresentado pelo Deputado Vicente Candido, o problema que alguns argumentaram aqui: a falta de vida democrática dos partidos. Nós explicitamos neste texto que é necessário que haja transparência nos critérios de distribuição dos recursos. Logo, eu afasto a preocupação dos colegas sobre que poderia haver manipulação por parte das direções.

Sr. Presidente, concluo dizendo o seguinte: se nós vincularmos recursos para majoritários estaduais e federais, nós vamos intervir na dinâmica interna dos partidos. E o que é mais grave: se o partido quiser utilizar 50% para majoritários, 30% para Deputados Federais e 20% para Deputados Estaduais, levando em conta a autonomia dos partidos, eles podem utilizar. Eles não são proibidos de utilizar nessa proporção. Isso fica a critério de qualquer partido.

Mas, se o partido quiser dar uma outra utilização, que ele tenha liberdade. A vinculação do recurso nos termos propostos é antidemocrática, porque impõe o mesmo padrão para todos os partidos.

Por isso o PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PSC?

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Presidente, eu fico numa dúvida muito grande nesta hora.

É claro que todos nós buscamos autonomia partidária. É claro que todos nós entendemos que os partidos precisam ter respeito, os partidos precisam discutir, os partidos precisam dizer para que vieram, o que querem e, logicamente, ter responsabilidade com aquilo que será um eventual recurso.



Por outro lado, logicamente fico também com a preocupação de como será isso no plenário. Mas, Deputado Vicente Candido, eu acabo de falar aqui com algumas pessoas do meu partido, que entendem o seguinte: se eventualmente for aprovado, é melhor nós termos a liberdade para poder agir de acordo com aquilo que é o interesse do partido.

Portanto, neste momento eu vou acabar votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PPS?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O PPS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PHS?

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo nesta oportunidade.

Estamos votando algo que nem sabemos o que é. Estamos votando do final para o início. Estamos votando a distribuição de recursos de um fundo que não está aprovado ainda.

O PHS é contra a criação desse fundo. Ele tem um posicionamento terminantemente contrário à criação desse fundo, pelas circunstâncias em que o Brasil vive hoje. Vamos aprovar um fundo para a democracia, para a eleição em 2018, na qual representamos a sociedade, e não vamos conseguir explicar isso nas nossas bases.

Estamos votando neste exato momento a distribuição de recursos de um fundo, cujos parâmetros e valores desconhecemos. Estamos dizendo a todos os 28 partidos que eles podem lançar, sim, candidatura majoritária, a Governador do Estado e a Presidente da República, sendo que não vai haver gestão e acompanhamento desse procedimento depois.

Sr. Presidente, essa é uma situação bem difícil. Como já disse nas reuniões anteriores, entendo que esta reforma política, este papel que estamos desempenhando, não deveria estar ocorrendo aqui neste momento para a eleição de 2018.

Portanto, o PHS, mesmo contrário à criação do fundo, tendo que expressar um posicionamento, orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PV? *(Pausa.)*



O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Eu acho que os partidos que são contra a criação do Fundo Especial de Financiamento da Democracia deveriam pelo menos se abster, porque parece que eles têm um posicionamento. Eles dizem que são contra, mas querem levar...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A nossa preocupação é essa, Sr. Presidente. A nossa preocupação é essa!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, indefira de pronto a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não cabe questão de ordem em votação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - A palavra está com o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, questão de ordem durante a votação!?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O Deputado Hildo viu que vai perder e quer tumultuar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - O PV quer orientar, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente: existe a opção de abstenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Nós estamos no momento de orientação de votação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, tenham coragem de dizer que são a favor da criação do fundo e não fiquem com subterfúgios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, somos contra. O voto é "não".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PSOL?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, a posição do PSOL é favorável...

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Sr. Presidente, o PV quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O PV não votou?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, retome a contagem do meu tempo. Não consegui falar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Espere um instante, Deputada.

Como vota o PV?

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Sr. Presidente, eu quero primeiramente colocar, até na contramão da palavra do nobre Parlamentar, a posição do Partido Verde em relação ao fundo.

O Partido Verde manifestou publicamente a sua posição e tem defendido, tanto aqui na Comissão como em outros ambientes de discussão de reforma política — e defenderá também no plenário — uma posição contrária ao fundo eleitoral.

Agora, considerando a possibilidade de que esse fundo passe, que ele seja aprovado — eu repito aqui, a posição do PV é contrária —, nós queremos votar pelo destaque, contra o texto, apoiando a condição da autonomia dos partidos.

Aproveito, Sr. Presidente, para fazer um lamento. Eu não estive no momento da votação porque ontem havia diversas situações ocorrendo ao mesmo tempo. Quero lamentar que esta Comissão tenha aprovado, no dia de ontem, a possibilidade de os partidos utilizarem-se de bingos, de rifas e de outros expedientes semelhantes para o financiamento de suas campanhas.

Neste destaque, Sr. Presidente, o PV orienta “não”.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado, essa matéria tem destaque. Essa matéria não foi aprovada e tem destaque.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quanto a essa matéria, há um acordo de aprovar o destaque do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PSOL?



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quero dar só uma informação. Essa matéria está destacada hoje e será objeto ainda de...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É o último destaque, o destaque do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina, do PSOL.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - O PSOL é favorável ao texto do Relator por entender que é a solução possível, a que vai contribuir para corrigir as distorções atuais do nosso sistema, da realidade partidária dominante em nosso País, porque o princípio da autonomia é um princípio a ser perseguido, a ser de fato incorporado à vida partidária, mas a realidade não é essa.

Dialogando aqui com o meu admirável companheiro Parlamentar Orlando Silva, é realidade provavelmente do seu partido e de alguns poucos outros partidos essa autonomia, essa democracia interna, essa decisão colegiada, mas o que predomina na maioria dos partidos é o caciquismo político, é o poder na mão de dois, três e olhem lá — se não for só na mão do dono do partido, que é o Presidente.

Sr. Presidente, qualquer reforma tem que ser feita no sentido de corrigir as distorções do sistema atual, e lamentavelmente essa medida, esse destaque, ao contrário disso, vai reforçar o caciquismo, vai tirar a possibilidade de se ir paulatinamente mudando a cultura política dos nossos partidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - O PROS, Sr. Presidente, não concorda com o texto e, portanto, orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota a REDE?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, ontem nós manifestamos a nossa contrariedade em relação à votação do texto principal e à criação do fundo antes da decisão da PEC no plenário da Câmara.

Por isso, de uma forma coerente, nós vamos nos abster dessa votação e vamos tomar a decisão, se o fundo for votado em plenário, no momento oportuno, sobre o engessamento da distribuição pelos cargos ou não.



Aproveito a oportunidade para reiterar que essa votação não deveria acontecer antes da votação da PEC no plenário. Estão botando o carro na frente dos bois e isso está errado.

Por isso, por uma questão de coerência, a REDE se abstém dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota a REDE?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PEN?

(Pausa.)

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota o PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem. Eu acho mais prudente realizar votação nominal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, o painel já demonstra uma clara maioria daqueles que votam “não”. Vamos observar o painel.

(Manifestações no plenário: Faça votação nominal de ofício!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Em votação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Não resta dúvida. É só ver o painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Os Deputados que quiserem aprovar o destaque permaneçam como estão.

(Manifestação no plenário: Não! Não!)

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Existe uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Eu vou repetir o que eu disse: aqueles que quiserem aprovar o destaque permaneçam como estão, sentados, quietos. *(Pausa.)*

(Manifestações no plenário: Sr. Presidente, faça votação nominal!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Já pedi verificação. Vamos...

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Faça votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Proclame o resultado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tomem seus lugares e vamos ao voto.

Vamos passar agora para a votação nominal pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(Processo de votação.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, enquanto todos votam, quero deixar claro — conversava com o Deputado Sóstenes a respeito disso, e ele me pediu o convencimento — que, se essa regra permanecesse, o que aconteceria seria um estímulo a candidaturas-laranja.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, isso é defesa de proposta!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O partido que não tivesse candidatos a Governador e a Presidente iria lançar alguém só para receber os 50%.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, o Deputado está fazendo defesa de proposta!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É o caso, Sr. Presidente, de dar autonomia, liberdade e independência.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Esperteza, não! Isso é esperteza.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A permanência dessa regra é um estímulo a candidaturas-laranja. Os partidos teriam alguém como candidato só para receberem os 50% a cada eleição majoritária.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso é esperteza na hora do voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, a autonomia, a liberdade e a independência são os melhores argumentos para convencer o voto daqueles que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Quem votar “sim” mantém o relatório. Quem votar “não” aprova o destaque.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Existem estratégias para se buscar o fundo partidário. Essa é uma fórmula para criar nos Estados candidaturas-laranjas



para Senador e para Governador, para receber dinheiro para bancar as candidaturas dos Deputados Federais e dos Deputados Estaduais. É o pior dos mundos.

Quanto menos queremos nos intrometer na autonomia dos partidos... Isso é coisa de fascista. Fascista é quem quer ficar posicionando Estado contra Estado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É por isso que não dá para deixar os partidos definindo isso. Esse é o tipo de atitude...

(O microfone é desligado.)

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, a ala que quer aprovar isso a *tour de force* está sofismando. O Deputado Orlando sofismou de forma... O PCdoB usufruiu do voto de legenda durante a vida toda, do voto de legenda do PT.

Eu acho que, quando acabarem as coligações, inclusive operacionalmente, os candidatos majoritários deveriam ganhar outro número, exatamente para não induzir o eleitor a votar no número do partido que lidera uma coligação proporcional.

Mas S.Exa. estava se referindo ao passado, quando o PCdoB usufruiu da mesma legenda e o número 13 somava nas coligações.

Agora, o meu amigo Deputado Efraim vem sofismar. No Brasil dos nossos dias, com imprensa ativa, com Ministério Público e Judiciário firmes, alguém vai correr risco de pôr candidato-laranja e fazer uma fraude a céu aberto, à luz do dia? Isso é um argumento, é um sofisma da pior qualidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quem quiser se candidatar a Curitiba ou à Papuda... Eu não aconselho meus amigos a fazer isso.

Então, não é um instrumento de fraude. Isso vai ficar evidente.

A democracia é boa. Ela é falha, mas ela tem pesos e contrapesos. Partidos que abrirem mão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Vamos encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Presidente, eu fui citado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu fui citado, Presidente!



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Quer um exemplo de candidatura-laranja? É a cota das mulheres hoje. O partido do Deputado faz candidatura-laranja para compor a cota de mulher. É uma realidade. Então, vai dizer que isso não vai existir? Pelo amor de Deus!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra o Deputado Cacá Leão, como Líder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos em processo de votação de um dos temas mais polêmicos dessa discussão. É natural que haja esse acirramento de ânimos, é natural que essa disputa ocorra, mas precisamos respeitar a palavra dos colegas, o sentimento dos colegas, e fazer com que essa votação ocorra. Faz-se necessário respeitar esse momento.

Nós esperamos durante todas as votações, caminhamos durante esse processo, sempre dando a todos os colegas a oportunidade de se pronunciar e de votar. Há diversos colegas que estão trabalhando nas outras Comissões e que estão caminhando para cá. Há Deputados que andam devagar. Então, precisamos aguardar um pouco, precisamos respeitar os posicionamentos e fazer com que esta votação ocorra com o mesmo clima em que ocorreram todas as outras, durante todo esse processo de que participamos.

Volto a afirmar o nosso posicionamento partidário, o respeito à autonomia do partido — como foi lembrado aqui, já foi votado em plenário —, o respeito a esse posicionamento, o respeito a toda essa condição. É importante que os partidos políticos tenham direito a escolher nesse processo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos encerrar, Presidente!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Então, foi com esse intuito que o Partido Progressista apresentou esse destaque. Peço aos nossos colegas que ainda não entenderam a questão que mudem sua opinião e votem “não”, acompanhando nosso destaque.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, eu fui citado pelo Deputado Marcus Pestana!

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Eu vou encerrar a votação. Declaro encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, tenho o direito de falar como Líder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, eu pedi a palavra primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O resultado está lá: "sim", 13; "não", 16; "abstenção", 1. Total: 30 votos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, quero falar como Líder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Foi rejeitada a matéria. Fica modificado o texto, de acordo com o destaque. Foi modificado o texto do Relator. Rejeitada a matéria, fica prejudicado o outro destaque, o Destaque 42.

Vamos ao Destaque 36.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Vamos trabalhar com ordem, porque assim as coisas acontecem mais facilmente. Todos querem falar ao mesmo tempo...

O Deputado Edio Lopes tem a palavra pela Liderança do PR.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sras. e Srs. Deputados, eu acho que este embate e o resultado aferido são um prenúncio do que ocorrerá no Plenário, quando tentarem ressuscitar esta matéria.



O principal argumento que ouvi aqui foi que os Deputados não confiam na capacidade de justiça na distribuição, se isso for deixado a critério das cúpulas partidárias. Para esse argumento, Sr. Presidente, eu indico duas sugestões. Se o Deputado não confia na cúpula do seu partido, há uma janela. Caia fora! Ou, então, mobilizem-se, derrubem a cúpula do partido que não empresta confiança aos seus filiados e elejam um novo diretório mais confiável. Então, Sr. Presidente, esse discurso não convence.

Nós somos mestres em inverter a ordem das coisas. Eu volto à Constituinte, Deputada Luiza Erundina, quando esta Casa criou uma Constituição visivelmente parlamentarista, contando que o referendo, *a posteriori*, iria confirmar. O que aconteceu? A Constituição ficou com a espinha dorsal parlamentarista em um regime presidencialista. A mesma coisa se verificou no chamado Estatuto do Desarmamento, a Lei 10.826, de 2003. Aprovou-se o Estatuto, contando que a sociedade iria referendar. Na hora, a sociedade votou contrariamente. Nós aqui estamos repartindo ou tentando repartir o que não temos. É uma inversão inaceitável. Por que, então, não colocamos, nessa discussão ou no momento apropriado, a criação do fundão, ou Fundo Democrático, como queiram? Qualquer que seja o nome que venham a dar a esse malfadado fundo, enfrentaremos, certamente, o furor da sociedade.

A sociedade não aceita a criação de mais um fundo para bancar campanhas políticas. A sociedade não aceita mais tirarmos recursos da educação, da segurança, para aplicar em campanhas políticas de quem quer que seja. Os partidos que aprendam a administrar o seu fundo partidário. É para isso que ele existe, para bancar suas campanhas.

Então, por todos os ângulos que analisemos essa questão, nós estamos errados. Está errado quem quer 50%, está errado quem quer 30%. Todos estão errados. Certa está a sociedade, que não quer nem 10%, nem 100%, nem nada. E nós não podemos fazer aqui ouvidos de mercador. Nós vamos enfrentar os nossos eleitores; nós vamos enfrentar a nossa sociedade; nós vamos enfrentar os nossos filhos, que estudam em escolas sem nenhuma estrutura; nós vamos enfrentar a nossa família, que não tem segurança, enquanto nós estaremos carreando para alguns 4 bilhões de reais. Já há quem fale que 4 bilhões é pouco.



Então, Sr. Presidente, se não tiveram votos aqui para votar uma maioria simples, repito o que eu disse há um mês e meio, quando da apreciação do distritão: também não terão os 308 para aprovar fundo democrático, fundo antidemocrático, fundo de qualquer natureza.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Destaque nº 36. Alguém quer encaminhar?

Tem a palavra o Deputado Cacá Leão, pelo PP.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Antes, Presidente, quero apenas dar um esclarecimento. Nós estamos apreciando agora o art. 9º do texto, que diz o seguinte:

Art. 9º Os recursos para primeiro turno definidos na forma do art. 8º serão distribuídos entre os partidos políticos, obedecidos os seguintes critérios:

I - 2% (dois por cento), divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II - 49% (quarenta e nove por cento), divididos entre os partidos na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;

III - 34% (trinta e quatro por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados em 10 de agosto de 2017, consideradas as legendas dos titulares;

IV - 15% (quinze por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal em 10 de agosto de 2017, consideradas as legendas dos titulares.

§1º Os recursos de que trata este artigo somente serão recebidos pelos partidos após a aprovação de um Plano de Aplicação dos Recursos — PAR, pela maioria



absoluta dos membros de seu órgão de direção nacional, ao qual será dada ampla publicidade.

§2º O PAR conterà os critérios de distribuição dos recursos entre as diferentes candidaturas do partido, devendo garantir um percentual mínimo de 20% a ser distribuído, de modo igualitário, entre os candidatos do partido ao mesmo cargo, na mesma circunscrição.

§3º Os recursos previstos neste artigo serão distribuídos apenas a partidos que tenham:

I - pelo menos um candidato a algum dos cargos definidos no inciso II do art. 8º;

II - pelo menos um candidato a Deputado Federal ou um candidato a Deputado Estadual ou Distrital, nas hipóteses, respectivamente, dos incisos II e III do art. 8º;

§4º Não é permitido a partidos e candidatos gastar com recursos públicos mais de 70% (setenta por cento) do valor estabelecido como limite para cada cargo.

§5º Os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Democracia que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos integralmente ao Tesouro Nacional no momento da apresentação da respectiva prestação de contas.”

É isso. Se aprovado o destaque, cai todo esse artigo e fica também dentro da liberdade e da autonomia plena do partido.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas Relator, só para esclarecer, não é só uma questão...

(Não identificado) - Não, não, ele pode ficar na autonomia do partido, não!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deixe-me compreender bem, porque o Relator é quem tem o domínio aqui da matéria. Não é só uma questão de liberdade do partido.



Ao eliminar, por exemplo, o critério... Relator, Relator, Relator, Relator... Eu gostaria da atenção do Relator. Ao eliminar todo o artigo, estará se eliminando inclusive o critério pelo qual se constitui o fundo.

Por que o que está sendo dito? O fundo vai ser 2% igualitário; 49% pela proporção de votos que o eleitor deu na última eleição para a Câmara dos Deputados; 34% de acordo com o número de Deputados que o partido tenha em 10 de agosto de 2017; e 15% de acordo com o número de Senadores em 10 de agosto de 2017.

Isto é o que forma o fundo. Se isso for retirado, como é o fundo vai ser formado?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Está certo, V.Exa. Desculpe-me! Eu me expressei mal.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, eu quero dizer que é um absurdo legislativo esse destaque. Ele não pode analisado.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Deputado Henrique, o próximo destaque tem outra distribuição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se este destaque aqui for aprovado, fica sem nada, gente! Não se pode eliminar algo que é essencial ao projeto.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Deputado Henrique, a próxima emenda propõe uma nova distribuição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, que se dispute a nova distribuição, mas não a eliminação de tudo. Isso aqui é um absurdo legislativo! Eu quero ouvir a Consultoria. Nunca vi isso. Eliminou-se aqui e, se eliminou, não há critério para formar o fundo.

Só um pouco, gente!

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, quem quer apresentar um destaque como esse deve apresentar outro pela extinção do fundo. Isso é óbvio! Aí eu estou de acordo.

Mas como é que vamos aceitar um destaque como esse, gente?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente...



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, uma questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra a Deputada Renata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Se há destaque com outra distribuição, tem que ser o texto *(inaudível)*.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - A Deputada Renata pediu a palavra. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, estou dizendo o seguinte: há outra proposta com um escopo de distribuição distinto do que apresenta o Relator.

Essas matérias são contraditórias, no mérito, porque...

Então, não há motivo para votar esta contra o vazio e a outra contra o outro vazio, do outro lado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, querido, espere aí! Isso não é questão de Regimento, é questão de botar uma proposta contra outra.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É uma questão de forma legislativa, gente. Isso não existe!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Claro!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Esse destaque é um absurdo legislativo. Uma coisa é querer disputar outra distribuição do fundo.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - *(Inaudível.)* Então, retira todo esse do texto. Se outro destaque que viesse fosse reprovado também, ficaríamos sem nada?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Exatamente!

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Isso não tem lógica! Esse destaque não pode ser votado. O que tem que ser votado é a nova forma de distribuição, o que contradiz essa forma que está no texto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Claro!



O SR. DEPUTADO BENJAMIN MARANHÃO - Nós não podemos votar um destaque...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Nós temos aqui o Destaque nº 36, apresentado inclusive pelo Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Considera prejudicado?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - V.Exa. pediu a palavra, Deputado Cacá?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Eu queria usar da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Terá a palavra o Deputado Cacá, que é o autor do destaque. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, depois V.Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Espere um pouco. S.Exa. é o autor do destaque e vai falar sobre ele.

Atenção, Sras. e Srs. Deputados!

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente, a assessoria está me explicando que, pela ordem de prioridade, todo o mundo aqui tem a sua razão.

Se vencermos, se o nosso destaque for acatado e o da Deputada Renata rejeitado, realmente o texto ficará solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - V.Exa. vai retirar?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Porém, pela apresentação do destaque, podemos fazer um acordo aqui nesta Comissão de votar antes o destaque da Deputada do Podemos. Se for aprovado o destaque do Podemos, o nosso destaque perde o sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O Plenário concorda em votar primeiro o outro destaque?

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Deputado Lázaro, vamos votar! Exatamente...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, não, Presidente. Espere!



A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Claro! Deputado Molon, a proposta é a seguinte: se votássemos esse texto supressivo agora, não haveria um critério estabelecido.

Como a próxima emenda estabelece outro critério, se a outra emenda passar, o critério estabelecido já estará definido. Se a outra emenda não passar, é o impasse da supressão que... Certo?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Deputado Molon. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - A sugestão é votar o destaque do Podemos primeiro.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -Presidente, nós precisamos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O Deputado Alessandro Molon está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu não consegui entender qual é a polêmica.

Há um destaque. O texto do Relator foi destacado, não foi isso? Essa parte não foi aprovada, não é isso? Pois é, a parte foi destacada. Portanto, ela ainda não foi votada. Não é isso?

Esse destaque é óbvio que subsiste, não há nada que o impeça. Ele tem que ser votado. Se a parte não for aprovada, não integrará a matéria. "*Ah, bom, mas aí vai se chegar a um impasse porque existe um fundo e não se sabe como distribuí-lo.*" É verdade, terá que ser objeto de uma emenda no plenário.

Agora, vai se inventar um destaque aqui!?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Já existe um outro destaque.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Vote-se depois o outro destaque!



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu quero a palavra para uma questão de ordem com base no art. 162 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Sr. Presidente, eu sei que essas horas sempre são difíceis. V.Exa. está conduzindo a reunião de maneira dedicada, correta e equilibrada. Podemos perder ou ganhar as votações, mas temos que estar atentos.

O art. 162 do Regimento Interno diz o seguinte:

Art. 162. Em relação aos destaques, serão obedecidas as seguintes normas:

.....

IV - não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente;

V - o destaque será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição em que deva ser integrado e forme sentido completo;

Com base nesses dois critérios previstos no art. 162, entendo que esse destaque está ferido de morte pelo processo legislativo. Ele gera uma contradição em si no processo legislativo.

Como há pouco colocou o Deputado Marcelo, que neste caso tem a mesma posição que eu, quem quer legitimamente, como a Deputada Renata, alterar a forma de distribuição do fundo tem que disputar com outro destaque. Tem que ser um destaque que diga: “No lugar de tantos por cento, por esse critério, por aquele, por aquele, eu quero que seja pelo critério de tantos por cento disso, tantos por cento por aquilo, tantos por cento por aquilo outro”. Essa é a disputa democrática dentro do processo legislativo adequado.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Eu não tiro, Deputado Henrique Fontana, a razão de V.Exa.

Foi por isso, inclusive, que nós propusemos um acordo, apesar de o artigo que V.Exa. citou dizer que não podemos denominar e colocar a questão dos valores



— 2%, 49%, 34%. Mas nós também entendemos que pode e deve ser votado antes do nosso destaque o destaque do Podemos, da Deputada Renata Abreu, tanto que oferecemos essa possibilidade, para que haja uma disputa de destaques e para que não haja esse argumento de que o texto fica vazio.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Estou com a palavra, Deputado Valmir. Estamos fazendo essa proposição em nome de um acordo, compreendendo o entendimento de todos os nossos colegas de que deve haver uma disputa entre uma proposta e outra.

Por isso, pedimos o acordo para votar o destaque da Deputada Renata Abreu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, questão de ordem. *(Falha na gravação.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, é só retirar *(falha na gravação)*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não pode retirar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pode.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Inverte a pauta.

Vamos fazer uma inversão de pauta *(falha na gravação)*, Deputado Cacá?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Um momento.

Está com a palavra o...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Estou pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está difícil!

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, declare prejudicado o destaque.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, proposta de encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pelo amor de Deus! Eu me inscrevi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Inverta a pauta!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Espere! Estou com a palavra, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É preciso estabelecer um mínimo de respeito aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, faço uma sugestão de inversão de pauta e depois rejeição de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Um momento!

Está com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, estabeleça a ordem minimamente, senão não será possível falar.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Silêncio, Deputados! Vamos deixar o Deputado Ivan Valente falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, a primeira proposta do PP é supressiva total. É supressiva total de distribuição e tem uma lógica. Ela não quer o fundo, ela elimina o fundo, porque ela não só não distribui, como também não regulamenta mais nada. Então, essa proposta está prejudicada.

A proposta seguinte quer modificar a primeira parte, que é a dos 2%, levando em conta a posição da Deputada Renata Abreu, do seu partido, que quer modificar a parte inicial de distribuição. Mas eu estou entendendo também que ela suprime todo o resto, e o plano de aplicação de recursos fica de fora. Ela também não contém critérios de distribuição de recursos. Depois, não será permitido ao partido gastar mais de 70%. Tudo isso vai embora, tudo isso vai embora.



Então, isso também está prejudicado, porque não é possível definir só um critério que vá modificar aquilo que era a proposta original, que era total, teoricamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ainda tem, Deputada Laura, porque a proposta do Relator não foi suprimida. O PP está retirando a proposta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não pode retirar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está o quê? Espere!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos primeiro votar o destaque e rejeitar o destaque do PP?

V.Exa. não quer rejeitar o seu destaque? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que eu estou colocando é o seguinte... V.Exa. está retirando o destaque, Deputado Cacá?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele não pode retirar, porque é DVS.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, ele precisa ser derrotado, porque senão nem haverá o fundo. Para o PSOL, essa questão tanto faz como tanto fez. Somos contra o fundo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Calma, Deputado Fontana! Eu sei que V.Exa. fica nervoso com isso. *(Riso.)* Esse é outro debate. Eu estou tentando resolver a questão regimental.

É preciso derrotar a proposta do Deputado Cacá. Mas a segunda proposta... Eu estou chamando a atenção, porque, se o texto não ficar como está, ele também estará prejudicado. Então, só pode ficar o texto.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Por isso temos que votar o destaque primeiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Temos que derrotar os dois destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão simples? Vamos seguir o nosso trabalho: votamos o destaque do Deputado e depois vamos votar o outro destaque. Vamos em frente, Sr. Presidente!



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só a título de esclarecimento: a proposta de acordo de rejeição do primeiro destaque é no sentido de se preservar a possibilidade de votação do segundo destaque. Segundo a proposta do PP, se o primeiro destaque for aprovado, não haverá a segunda votação. Portanto, a Deputada Renata e os demais Deputados que aprovam este destaque não terão oportunidade de defender o destaque. Então, nós estamos fazendo uma proposta de acordo para rejeição da proposta do PP, a fim de dar aos Parlamentares a possibilidade de debater o critério de distribuição do fundo. É isso.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Basta votar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Vamos à orientação de bancada.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Mas vamos votar qual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Vamos votar o Destaque nº 36.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Não, Presidente. Calma!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos votar o Destaque nº 36. Vamos lá, Presidente!

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, essa discussão começou no dia de ontem com as assessorias, e, é claro, é natural, ela gerou uma polêmica, virou motivo de discussão aqui no plenário. O raciocínio do Deputado do PT, que me antecedeu, está correto. Se o PP retirar o destaque ou caso o destaque do PP seja rejeitado, ficará impossibilitada a votação do destaque da Deputada Renata Abreu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não!

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Fica sim. Foi por isso que o mantivemos. Por exemplo, se fizermos um acordo aqui e derrotarmos o destaque do PP, pelo entendimento da Secretaria da Comissão, ficará impossibilitado de ser votado o destaque da Deputada Renata Abreu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é a outra sugestão, então?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Temos que votar o nosso. Se o nosso for aprovado, aí teremos a oportunidade de discutir o destaque da Deputada Renata. Se o nosso não for aprovado, o da Deputada Renata não vai ter condição de ser votado. Pelo menos esse é o entendimento da Secretaria da Comissão.



Então, eu não posso...

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, por favor, questão de ordem, art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Atenção! Deixem-me explicar uma coisa. Se esse destaque for rejeitado, ele não prejudica o Destaque nº 31. Agora, se ele for aprovado... A Secretaria está dizendo que é o Destaque nº 47 e também o Destaque nº 31. Ficam os dois prejudicados. A orientação aqui é essa. Está escrito aqui: aprovada a matéria, prejudica-se também o Destaque nº 31. Agora, se ele for rejeitado, podemos votar o Destaque nº 31.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Não quer fazer a inversão de texto?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Se o texto do Relator for mantido, fica prejudicado o Destaque nº 31, do Podemos, que apresenta a nova distribuição. Isso é o que todas as assessorias estão nos passando aqui. É por isso que, para votar o Destaque nº 31, se faz necessário que o destaque do Partido Progressista seja aprovado. Rejeitemos o que está no texto, suprimamos o que está no texto, e aí vamos ter a oportunidade de votar um novo modelo de distribuição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não! De jeito nenhum!

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - É claro! Se aprovar...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, a Mesa tem um entendimento, encaminhe...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado Lázaro, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem para botar ordem mesmo. V.Exa. acabou de anunciar o entendimento da Mesa. O entendimento da Mesa prevalece sobre o entendimento de qualquer um de nós. Ele é o entendimento oficial. Anuncie o entendimento da Mesa e encaminhe a votação — pronto —, seja ele qual for!



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É isso, Presidente. Senão, nós não vamos avançar. O entendimento da Mesa é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Eu vou explicar mais uma vez aqui. Se for aprovado o texto do Relator, prejudica-se o Destaque nº 31.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Está correto, Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Então vamos votar o Destaque nº 36.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Para encaminhar, como vota o PMDB? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Estamos em votação agora.

Como vota o PMDB?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente, para derrotar o destaque — é contra o destaque. Portanto, vota “sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, eu pedi a questão de ordem antes de começar a votação. Então, por gentileza, V.Exa. me conceda um momento para eu poder falar. Não comece votação agora, por favor. V.Exa. está conduzindo muito bem a sessão. Eu já pedi há mais tempo questão de ordem, V.Exa. me pediu que esperasse, e agora começa a votação sem me dar o direito à questão de ordem. Desculpe-me, Presidente. Nós estamos aqui há muito tempo, tanto V.Exa. quanto eu e todos aqui. Então, por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Deputado Vinicius, pode falar por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Não, senhor. Dê-me 3 minutos, conforme o art. 95, § 3º, do Regimento Interno, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - V.Exa. tem 3 minutos.



O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - É que todos falam aqui. V.Exa. me desculpe, Presidente, mas, às vezes, temos que nos fazer ser ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O barulho estava demais.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Eu o entendo perfeitamente. Peço desculpas a V.Exa., que não merece esse tratamento, não é para V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É preciso pedir silêncio, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, com relação a esta votação, gostaria que V.Exa. nos desse, com orientação da Mesa, a sua interpretação, porque muitos Deputado falaram e eu não entendi, e posso ser levado a equívoco no meu posicionamento na hora de votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Se aprovarmos o texto do Relator, fica prejudicado o Destaque nº 31, do Podemos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Vinicius Carvalho, posso contribuir com a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Concedo um aparte ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O inverso, Sr. Presidente, ou seja, se o texto do Relator for rejeitado, não se permitirá mais discutir uma nova distribuição de um fundo que não vai existir. Esse é o buraco legislativo em que nós caímos, para o qual estou chamando a atenção de V.Exas. desde o início.

Se esse destaque for aprovado, não haverá mais fundo. Nesse caso, não há como discutir a distribuição do fundo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não há como discutir, porque vai eliminar tudo, vai eliminar todo o critério.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vai eliminar todo o art. 9º.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Henrique Fontana, o fundo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Deputado Vinicius Carvalho, para continuar a questão de ordem.



O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Vou dar continuidade a minha questão de ordem.

Então, diante desse aparte do Deputado Henrique Fontana, o que a sua assessoria fala a respeito disso, Sr. Presidente, para que nós possamos seguir o que a Mesa está dizendo? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O assessor diz que, aprovada a matéria do Relator, o destaque do Podemos já fica fora.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Mas, se não for aprovada, volta o destaque do Podemos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Se o destaque passar, prevalece o destaque do PP. Aí podemos votar o outro.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Para finalizar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Vinicius Carvalho, eu posso esclarecer?

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Perdoe-me, Deputado, mas vou fazer a última ponderação.

Sr. Presidente, eu quero, na minha votação, prejudicar este destaque e votar o da Deputada Renata Abreu, desse jeito. Como eu devo votar agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - “Não” ao destaque.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - “Não” ao destaque. É isso o que eu quero saber. Quero prejudicar este e votar o destaque do Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - A resposta é dele.

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Como eu devo votar agora? É “não”?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, quero ajudar a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Quem votar “sim” aprova o texto do Relator, aprova a matéria. Quem votar “não”, rejeita a matéria, e o texto do Relator fica modificado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só para esclarecimento...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, orientando novamente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Ficou entendido?

Então, vamos passar para a orientação de voto.

Como vota o PMDB?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu só quero fazer um esclarecimento, quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O fundo já está constituído. O fundo já foi aprovado por meio da PEC 77, que vai ser enviada ao plenário da Casa hoje. O fundo já foi aprovado nessa mesma lei, no art. 17-B.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não foi aprovado, não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O fundo já foi aprovado. Nós estamos discutindo aqui a distribuição do fundo. Nós já aprovamos a PEC 77. O fundo já está constituído.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado Danilo Forte, nós o aprovamos, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu sei, aprovamos, ressalvados os destaques. Estamos votando os destaques, mas o fundo já existe. Diferentemente do que disse o Deputado Henrique Fontana, o fundo não cai se negarmos esses destaques e também não impede a votação do Destaque nº 31. Esse destaque permanece em votação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sras. e Srs. Deputados, na minha conclusão, nós vamos debater aqui um texto contra o outro. Há uma proposta do Relator que foi destacada pelo PP. Na verdade, ele não existe mais no texto. O voto agora é para decidir se ele volta para o texto original.

O que está em jogo, até com a anuência do PP, é a proposta do Relator contra a proposta do Podemos. Temos aqui uma proposta que foi discutida com



vários partidos, na tentativa de construir um acordo de maioria, e uma emenda, um DVS destacado pela Deputada Renata Abreu.

A Deputada Renata Abreu está propondo o seguinte: 2% serão distribuídos igualmente; 98% serão distribuídos pelas bancadas em 1º de janeiro de 2018. Essa é a diferença entre os textos. Nas falas de encaminhamento ou nas falas de defesa de um destaque contra o outro, é isso o que vai ser discutido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só para esclarecer: não é um destaque contra o outro. Um destaque é supressivo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Danilo Forte...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deixe-me terminar de falar. O destaque que estamos votando agora, o Destaque nº 36, suprime do texto o art. 9º. O destaque da Deputada Renata Abreu modifica o art. 1º. Então, o destaque, com relação ao art. 9º, é supressivo. O destaque da Deputada Renata Abreu, do Podemos, modifica o art. 1º.

Portanto, Sr. Relator, a sua informação está equivocada.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Tudo bem. Em relação ao procedimento previsto no texto, pode ser, mas o que está em debate, Deputado Danilo Forte, é a forma de distribuição. O Relator está propondo uma forma que leve em conta as bancadas, até 10 de agosto, do Senado e da Câmara, que leve em conta as urnas de 2014 e que leve em conta os 2% iguais. A Deputada, onde couber no texto, está propondo diferente: 2% distribuídos igualmente e 98% distribuídos pelas bancadas em janeiro de 2018. Essa é a diferença.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só que não é um destaque contra o outro.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sim.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Tire essa ideia de que é um destaque contra o outro.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Se derrotado o texto...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não é um destaque contra o outro, porque os dois podem ser derrotados.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pode ser. Se derrotado o texto, vai entrar o debate do texto dela. É isso.



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. está chegando aonde eu quero chegar. Se forem derrotados os dois, podemos votar na PEC ou na emenda aglutinativa uma forma de distribuição.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Ou emenda de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Sras. e Srs. Deputados, chegou aqui o 1º Vice-Presidente. Vou passar a direção da Mesa para o Vice-Presidente, Deputado Sandro Alex.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos! Nós estamos em processo de orientação de bancada.

Esclarecendo: o “sim” prejudica o Destaque nº 31, com o “não” vota-se o Destaque nº 31.

Como vota o PMDB?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente, a favor do texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que agregue parte do nosso tempo de Liderança, porque eu considero esta votação aqui absolutamente decisiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo 1 minuto mais o tempo de Liderança. O PT ainda não usou o tempo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Talvez eu não precise usar todo o tempo.

Primeiro, nós todos aqui tecemos argumentos misturados, regimentais e de conteúdo da lei. A primeira questão regimental é que o destaque que estamos votando agora, do PP, elimina todo o art. 9º. Portanto, retira todos os critérios pelos quais se constituem o fundo público e também parte dos critérios que o definem.

Vou dar um exemplo: não é permitido aos partidos e aos candidatos gastarem, com recurso público, mais de 70% do valor estabelecido como limite para um cargo. Qual foi a preocupação do Relator? Nós vamos ter um sistema político com financiamento misto, que eu defendo, com pequenos valores de pessoas físicas, e um fundo público, que garanta o critério democrático do financiamento, para que candidatos pobres possam participar de eleições, para que nós não



tenhamos somente candidatos a Deputado ricos ou financiados por pessoas ricas. Por isso, defendo um fundo público de valor pequeno.

É lógico que um candidato rico tira do bolso o talão de cheque, assina um cheque de 2 milhões e meio de reais e pode se eleger. Já o candidato que representa setores populares, que tem apoiadores que recebem salários baixos ou um apoiador que ganha um salário mínimo, dois salários mínimos...

Sr. Presidente, eu não posso ficar disputando pelo tom de voz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Por favor, peço silêncio mais uma vez ao Plenário. Nós estamos agora numa votação importante. Peço a atenção de todos.

O Deputado Henrique Fontana continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, um candidato que representa setores pobres da sociedade, seus apoiadores recebem salários baixos, ganham 1 ou 2 salários mínimos, às vezes, não tem dinheiro nem para garantir a alimentação da própria família. E alguns dizem: *“Não, zero de fundo público, porque esse candidato, que representa o setor mais pobre, que fique fora da democracia”*. É como voltar ao tempo da democracia censitária, que a Deputada Maria do Rosário lembrou ontem.

A Constituição de 1824 dizia que, para alguém ser candidato, ele tinha que ter determinado número de alqueires de mandioca plantados. Mas nós estamos na República, todos têm que ser iguais. O cidadão mais rico e o cidadão mais pobre do País têm que ter o mesmo direito de ser candidato a qualquer cargo público. Esse é um pilar da democracia.

É por isso, aliás, que o Supremo Tribunal Federal proibiu empresa de financiar eleição. Não é só em razão da corrupção, que já seria um caso bastante razoável para justificar que empresa não deve financiar eleição. O Supremo também decidiu que um candidato deve ter um voto e outro candidato também deve ter um voto. Não pode um cidadão ter um voto e o outro cidadão, colegas Deputados, ter um voto e mais 2 milhões para decidir a campanha. O pobre e o rico têm que ser iguais no dia da eleição. *“Ah! Isso é utopia, Fontana!”* Utopia não, isso é democracia; isso é República; isso é igualdade entre as pessoas.



Por isso, eu defendo um fundo público de valor moderado, porque o candidato pobre terá pelo menos 200 mil reais para ser candidato a Deputado Federal. Ele não tem patrimônio para vender, tem só a casa dele para morar — quando tem! Como ele vai vender a casa para ser candidato a Deputado? Lógico que alguns planejam a democracia da elite, a democracia dos ricos, a democracia dos doutores. O pobre não tem lugar nessa democracia. O pobre, no máximo, serve para votar no dia da democracia. Eu quero que o pobre seja votado na democracia. Por isso, eu defendo um fundo público de valor moderado, misturado com o financiamento de baixos valores de pessoas físicas.

Volto para a nossa votação. Ora, Deputada Renata Abreu, por quem tenho enorme respeito, se eu eliminar tudo isso aqui, em primeiro lugar, no destaque apresentado pelo PP, eu acabo com todo o critério, inclusive de limitação do uso do fundo. Aqui o Relator corretamente disse que não, ou seja, se o sistema é misto, não podemos ter só o fundo público e financiar toda a campanha com fundo público. O candidato tem uma parte do fundo público e busca apoio de cidadãos, pessoas que doam 200 reais, 500 reais, mil reais para tornar o sistema mais democrático.

Mas aí vem o pior, Deputada Renata Abreu. Eu estou dizendo, primeiro, que não dá para acolher esse primeiro destaque, porque ele vai acabar com o fundo público. E, Deputado Carimbão — e acho que V.Exa. ouviu parte da minha fala —, por que eu defendo um fundo público de valor baixo? Porque eu quero que os pobres sejam candidatos. Aquele que trabalha na roça e ganha 1 salário mínimo pode ser vereador da cidade dele; o agricultor e o operário, também.

Eu vou ao segundo ponto, que é outro destaque. Como os dois ficaram misturados, a Deputada Renata Abreu diria o seguinte: *“Mantido o texto do Relator, que nem é o meu ideal, e o Relator sabe disso, eu faria uma distribuição com outros critérios. Mas é o que o Relator escolheu, e esse critério melhora a democracia”*. Aí, Deputado Vinicius Carvalho, vamos supor que se retire tudo. Nesse caso, vamos discutir outro critério de distribuição.

A meu ver, o critério apresentado pelo Relator está privilegiando demais os partidos grandes. Eu quero dizer publicamente aqui que eu também sou a favor — e eu assumo minhas posições — da tese de que os partidos menores, Deputado



Alessandro Molon, numa cláusula democrática, têm que ter um pouco mais de recurso do que o que está escrito aqui.

Porém, estipular que o critério para qualificar essa distribuição, Deputado Ministro, é dizer que 98% do esforço de todos os brasileiros para garantir um patamar mínimo democrático de financiamento com recurso público vai ser definido pela bancada de Deputados no dia 1º de janeiro de 2018, pelo amor de Deus! Como é que nós vamos dizer que nós aprovamos isso aqui no plenário amanhã e, depois de amanhã, começa uma guerra de mudança de partido?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Cooptação é a palavra certa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É a palavra certa — ajuda-me o meu amigo, sempre amigo Deputado Carimbão. A cooptação poderia ser demasiadamente grande.

Por que nós temos que colocar como uma parte do critério o voto do eleitor? Porque o eleitor é o dono do recurso. O recurso é público. O eleitor é o dono do recurso. Não é o Deputado que está aqui representando o eleitor que é o dono do recurso público!

Deputada Renata, V.Exa. está construindo um partido novo. Deputado não é dono de recurso público. O povo é que é dono do recurso público. E o povo é eleitor e dá tantos votos para cada partido. O Relator fez uma mediação por quê? Porque aconteceram muitas intercorrências na vida partidária brasileira neste último período, então, ele mesclou as duas coisas. Ele deu ali um tempero do número de Deputados, do número de Senadores, para responder a este momento histórico que nós estamos vivendo.

Agora, inverter tudo para dizer, Deputado Cacá Leão, que a partir de amanhã começa uma guerra por filiações partidárias para levar o fundo é desrespeitar e fraudar o eleitor, fraudar o cidadão que fez a escolha. Talvez, alguns, indiretamente — eu não quero aqui obviamente me dirigir a ninguém em especial —, que queiram destruir a possibilidade deste financiamento republicano para garantir candidaturas de cidadãos mais pobres queiram aproveitar e votar isso aqui para dizer: *“Olha, é tão absurdo esse jeito de distribuir o fundo, que é melhor não existir fundo”*. Talvez, alguns tenham esse pensamento por trás de determinado voto.



Não acredito que seja essa a posição. Eu tenho certeza de que essa não é a posição da Deputada Renata, porque ela já falou comigo e disse: *“Olha, eu quero uma distribuição mais justa”*.

Eu estou aberto para, até o dia do Plenário, emprestar o meu voto e o meu apoio a um critério mais justo de distribuição que atenda partidos menores e partidos que estão crescendo.

Agora, votar isso aqui e retirar o que o Relator colocou no texto significa acabar com a possibilidade do fundo público, republicano, que garanta a democracia para todos, e não uma democracia de ricos, financiada pelos ricos e para candidatos ricos. Nós temos que ter candidatos pobres disputando eleição.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Presidente, posso falar como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós estamos agora no processo de orientação de bancada. Não caberia orientação de Líderes, a não ser agregando tempo de orientação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E o nosso voto é “sim”, Presidente. Desculpe-me, que eu não falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - “Sim”. Obrigado.

O Deputado Ivan Valente também solicitou o tempo de Líder. Não está no Regimento, a não ser que tenha a concordância de todo o Plenário, ou poderia encaminhar com orientação no tempo de Líder.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, eu posso só fazer o encaminhamento? Como o destaque é meu, eu posso só fazer o encaminhamento, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - V.Exa. fará. Já estamos em orientação.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Eu queria fazer antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós estamos seguindo a ordem das bancadas.

Como vota o PSDB, Deputado Pestana?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vota para manter o texto, vota “sim”.



Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - O PP quer ter a oportunidade, Sr. Presidente, de votar e discutir o destaque da Deputada Renata Abreu. Foi nesse sentido que nós apresentamos esse destaque. Por isso, para ter a oportunidade de votar o destaque da Deputada Renata Abreu, o PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PR?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O PR vota “não”.

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, apesar de ter o entendimento de que a preservação da proposta do fundo é mantida, porque já consta da PEC, e está sendo, inclusive, estudada uma forma de se fazer uma emenda aglutinativa para ser votada hoje à tarde, entendendo ainda que o próprio projeto, quando foi aprovado aqui, ressaltados os destaques, já mantinha o fundo, e, então, o fundo não corre risco, e tendo entendimento contrário ao do meu colega de bancada Luciano Ducci, o PSB vai liberar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o Democratas?
(Pausa.)

Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, voltando a enfatizar o nosso posicionamento com relação ao fundo, reitero sempre que somos contrários à criação do FFD — Fundo Especial de Financiamento da Democracia. O nosso posicionamento em plenário é contra. Porém, neste momento, nós vamos, aos destaques que estão sendo apresentados, encaminhar o voto “não”, porque nós queremos votar o próximo destaque. Então, quanto a este, o nosso posicionamento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos, Deputada Renata Abreu, agregando o tempo de Líder para V.Exa.



A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, eu quero fazer uma consideração para todos os Deputados. A distribuição proposta pelo Relator — eu entreguei uma planilha para todos — beneficia os três maiores partidos desta Casa e os partidos sem representação. Um partido, por exemplo, como o PSDC, que não tem um Deputado, receberia 10 milhões de reais, caso fosse aprovado um fundo de 3,6 milhões de reais, por exemplo, e o PMN, 9 milhões de reais. Então, a proposta que nós estamos fazendo é muito mais justa, a partir do momento em que beneficia de forma mais proporcional cada partido de acordo com o tamanho.

Com relação à ponderação do Deputado Henrique, eu também sou contra. Inclusive, no voto em separado, a nossa ideia não era colocar o dia 1º de janeiro. Mesmo assim, não haveria o mercado, porque não há janela. A única janela é em abril. Portanto, no dia 1º de julho, não seria possível haver essa negociação.

No entanto, eu mesma já conversei com os Deputados para que, se aprovada a nossa emenda pela bancada, haja um rearranjo aqui para uma data, como foi proposto pelo Relator Vicente Candido, preestabelecida, a fim de evitar esse tipo de negociação, que não vejo como pode acontecer sem uma janela, porque não existe nenhuma janela prevista até 1º de julho.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Peço um aparte, Deputada Renata.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sim.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Na vida real, com todo o respeito, 25% da atual legislatura já mudou de partido...

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Porque houve uma janela constitucional aprovada e um partido novo aprovado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não só por isso.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - E isso é democracia também.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso. Mas surgirão partidos novos. Ou seja...

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Então, houve uma situação... Nós não estamos vislumbrando isto: um partido novo ser criado. Estamos vendo a resistência do Supremo. E, mesmo assim, o partido novo hoje, pela lei que nós



aprovamos, não tem mais a portabilidade — mesmo sendo um partido novo. Então, você não vê mecanismos para haver uma negociação.

Só haveria, Deputado Henrique, para aqueles Parlamentares que mudaram de partido na janela. Seria a única alternativa. Seriam os únicos que poderiam — entre aspas — “estar soltos”. Não existe outra. Então, a ideia de comércio hoje é uma suposição, porque, teoricamente, você não pode sair do seu partido. Não tem essa opção, pois há a fidelidade. E o que está sendo proposto para 1º de janeiro é anterior à janela.

Mas, enfim, se aprovado — e acho que já há um consenso aqui, de tudo o que conversei com os Parlamentares —, poderíamos estabelecer uma data, por exemplo, a data de hoje, para a qual não haja mais dúvidas com relação a esse mercado.

A proposta que estamos fazendo é mais justa, sim. Ela beneficia e distribui os recursos de forma mais igualitária. Ela valoriza os partidos que têm representação no Congresso. E isso é importante.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Mas se está desrespeitando o voto popular.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - O voto popular, Deputado Marcelo, nós sabemos disso. Inclusive, porque é uma proposta do seu partido, o distritão fala que hoje o cidadão, o eleitor, vota em pessoas, não em partidos. Nós sabemos disso. Isso é óbvio. Então, é uma teoria absurda.

Enfim, eu queria pedir o apoio de V.Exas. Acho que é muito mais justa e igualitária essa distribuição. Inclusive, depois de votar, proponho ao Relator que, mesmo sendo votada essa emenda, que já se estabeleça uma data para que não haja negociação, em um acordo que, acredito, vai haver nesta Casa para esse formato.

Então, o Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O Podemos orienta voto “não”.

Como vota o PSD, Deputado Herculano Passos?

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Sr. Presidente, eu concordo com a Deputada Renata Abreu, e o PSD encaminha “não”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Mais uma vez, como orienta o Democratas?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Democratas orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Democratas, "não".

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade?

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente, o Solidariedade vota pela manutenção do texto; vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PCdoB?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - O PV vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSOL?

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, a cujo tempo será agregado o tempo de Líder.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de utilizar o tempo de Líder, eu queria tirar uma dúvida sobre o resultado da votação. É o seguinte: o que estamos votando é o destaque o PP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se a maioria votar "não", então o fundo desaparece. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós estamos votando o artigo. O voto "sim" prejudica o Destaque nº 31; com o voto "não", vamos votar o destaque feito pela Deputada Renata Abreu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, é um contra o outro, então?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Não. Para podermos votar o destaque da Deputada Renata Abreu, nós não podemos manter o texto. Não é possível agregar o texto a um já existente. Então, por isso que o voto “não” nos dá o direito de votar o destaque da Deputada Renata.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O.k. Então, vamos lá...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O PHS orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, eu queria fazer uma consideração — e peço a atenção dos Parlamentares — sobre como estamos votando a questão do fundo. A primeira questão tem relação com a PEC 77, lá no plenário: nós não votamos o fundo ainda; não existe o fundo, que é um tema constitucional. E nós votamos um destaque que retirou do fundo a receita dele — 0,5% da receita líquida. Teoricamente, vai ficar algum tipo de indicação orçamentária para o fundo. Então, nós não votamos a existência do fundo.

Aqui, também, estamos votando não um projeto de lei, mas uma minuta, um anteprojeto que o Deputado Vicente Candido depois pode transformar em um projeto de lei.

Então, o que votamos ontem cria o fundo por lei, porque foi votada a proposta do Deputado Vicente Candido — só que ela não tem validade de lei, porque não é lei ainda.

E aqui, na proposta do PP, suprime-se toda a proposta de fundo e se elimina, digamos, a parte que eu consideraria aceitável como baliza, como freio ao financiamento público, que é particularmente a devolução para o Tesouro daquilo que não será utilizado, por exemplo, pelos partidos que não lançarem candidatos majoritários. E também há um esforço partidário para que o partido vá atrás de financiamentos não só que venham do Estado, mas que vá atrás do financiamento individual. Então, há um limite de 70% aqui. Então, ele é moralizador nesse sentido.

A proposta da Deputada Renata Abreu só muda algum tipo de distribuição do fundo. E ela não é tão generosa. Ela só é generosa com a mudança que houve da troca de partidos. Mas, se fosse para sermos generosos, teríamos que mudar o patamar de distribuição igualitária, que foi rejeitada ontem, porque havia uma



proposta de 5%. E tem a proposta do PPS, que é melhor ainda. E por quê? Porque se pode distribuir igualmente para todos os partidos uma quantidade maior do que 2%. E por quê? Porque estamos baseados na proporcionalidade de 2014, que foi feita através do financiamento privado de campanha, que gerou toda a rejeição da sociedade e todas as denúncias de corrupção que vimos.

Então, Deputado Vicente Candido, V.Exa. ainda tem a chance, como Relator, de voltar a essa temática. Se for para fazer, se houver uma vontade majoritária de se criar um fundo com limites, então V.Exa. vai propor um fundo que seja, de verdade, igualitário — e o igualitário não pode ter a referência de 2014. Certo? Portanto, vamos passar para outra proposta.

E a Deputada Renata, na proposta dela, retira exatamente as balizas positivas que estão no texto.

Por isso, o voto do PSOL vai ser “sim”, com o Relator.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Agora é “sim” ou “não”.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não é “sim” agora, eu estou propondo... Não, porque senão vai ganhar a proposta da Renata.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas pode rejeitar as duas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se votar “não”?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Claro que pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Sim, pode rejeitar. V.Exa. pode rejeitar o texto dela.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esperem aí, vamos esclarecer isso aí. Eu não quero ter um raciocínio todo e, por causa de uma questão regimental, ficar prejudicada a posição do partido. A minha sugestão é que o Deputado Vicente Candido, no projeto de lei, faça outra proposta muito mais solidária, que S.Exa. mantenha essa parte de trás toda aqui, que é a mais importante, da distribuição do fundo, se houver o fundo, que é a vontade majoritária. O PSOL não precisa ter fundo, mas, se tiver, para ser mais igualitário, então, refaça-se a proposta.

E aí eu quero saber regimentalmente da Mesa como é que fica a prejudicialidade ou não da proposta. Eu pediria à Mesa que esclarecesse essa questão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - V.Exa., mantendo o voto “sim”, prejudica o destaque da Deputada Renata Abreu; votando “não”, vota-se o destaque da Deputada Renata Abreu. V.Exa. também pode encaminhar o voto “não” para o destaque da Deputada Renata Abreu. V.Exa. pode votar “não” para o texto do Relator como pode votar “não” para o destaque da Deputada Renata Abreu.

(Não identificado) - Faz isso, Ivan. Vamos ter que construir um texto em consenso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Votando “não” na primeira, V.Exa. tira tudo isso aí...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas essa é que é a questão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos, Presidente, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - V.Exa. neste momento não está votando “sim” ao texto da Deputada Renata, V.Exa. está votando com o texto do Relator. O “sim” é um voto com o Relator.

Como vota o PSOL, Deputado?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos votar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Ivan, como vota o PSOL?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Posso orientar pela REDE, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - É preciso finalizar a orientação do PSOL.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou deixar a orientação do PSOL para o final, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - O PROS vota “sim”, de acordo com o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota a REDE, Deputado Molon?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, nós vamos votar “não” ao texto do Relator. Nós consideramos inconstitucional o percentual de 2% igual para todos os partidos. Isso fere o princípio democrático, isso vai fazer com



que os grandes partidos permaneçam eternamente grandes e que os menores não possam crescer.

Então, vou rejeitar a proposta do Relator por esse percentual de 2% e, pela mesma razão, votarei contra o destaque, a proposta da Deputada Renata. E esse percentual terá que ser rediscutido em plenário, com um mínimo de igualdade. Não é razoável reservar 2% apenas igualmente para todo mundo. As duas distribuições são extremamente desiguais.

Por isso, a REDE vota “não” agora e votará “não” no próximo destaque. E teremos que chegar a algum acordo até o plenário. Há o destaque da Deputada Renata Abreu, que pode ser rejeitado também, e o texto vai sem os dois textos para o plenário.

Eu voto “não” agora, Presidente, e voto “não” depois também.

A REDE vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O PSOL vai deixar sem orientação, Deputado Ivan?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, o PSOL entende que o texto da Deputada Renata Abreu nesse processo — desculpe-me, Deputada — é o texto mais pobre, não resolve o nosso problema.

Eu entendo a intenção do Deputado Molon, que é a de rejeitar os dois e tentar construir algo. É a minha proposta. O Relator apresentaria uma nova proposta.

Então, eu vou votar “sim”, pelo partido, com a Deputada Luiza Erundina, porque vou devolver ao Relator as condições para que ele faça uma proposta mais igualitária.

O PSOL vota “sim”.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Relator não pode mais mexer, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Quem vota “sim” vota com o texto do Relator.

Em votação.



Atenção, Deputados!

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O PHS vota “não”, Sr. Presidente.
O PHS orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O PHS vota “não”.

Em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação da matéria destacada, ou seja, os Deputados favoráveis ao voto com o Relator, permaneçam como se encontram, e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Rejeitada a proposta do Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Verificação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Henrique Fontana, do PT...

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Não começaram, Sr. Presidente, não pode haver verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - A última orientação ocorreu às 14h09min. Pode haver uma nova orientação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Abra o painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vamos passar agora à votação, pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, enquanto se dá a votação, V.Exa. poderia determinar que se aumente o volume do microfone, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Eu peço à nossa equipe técnica que aumente o volume do microfone, por favor.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu gostaria...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Sr. Deputado, V.Exa. é Vice-Líder. V.Exa. vai falar...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Não, eu vou falar apenas enquanto a votação estiver acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria de expor a minha opinião a respeito desta votação.

Sr. Presidente, nós não poderíamos estar aqui votando o conceito de distribuição de recursos de um fundo que não foi criado. Nós não podemos, Sr. Presidente, e não precisamos votar, por meio de uma PEC, a criação de um fundo, a não ser que esse fundo fosse colocado no Poder Judiciário, no TSE, com recursos que fossem relacionados à despesa com eleições, e essa despesa ficaria fora do teto.

Para nós criarmos um fundo que pudesse ser gerido pelo Poder Executivo, nós poderíamos fazer a votação sobre ele por meio de lei ordinária e estabelecer uma unidade orçamentária no Ministério da Fazenda. Depois discutiríamos a respeito de onde viriam esses recursos.

Portanto, acho açodada esta votação. Está sendo feita de forma equivocada esta votação, para transferir ao Plenário um eventual acordo, que com certeza não vai acontecer. Acho que a coisa foi precipitada, foi feita de forma equivocada, e nós não conseguiremos votar esta matéria da forma como deveria ser feita no plenário desta Casa.

A forma mais simples seria esta que eu estou expondo agora. Seria criado o fundo por lei ordinária e, depois, definiríamos a origem do recurso e a forma de distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós vamos aguardar 5 minutos, e eu vou encerrar a votação.

Peço aos partidos que comuniquem aos Deputados que a votação vai se encerrar em 5 minutos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria aproveitar estes 5 minutos para resgatar um acordo que nós fizemos aqui ontem no que diz respeito à questão dos bingos.

Hoje eu fiquei assustada quando li o jornal *O Globo*, que criticava o Deputado Vicente Candido. Ontem, ao mesmo tempo em que acordávamos o parecer favorável ao destaque dos 45 dias, o Deputado Vicente Candido se declarava a favor do Destaque nº 34, o último que vamos votar aqui. É um destaque que visa especificamente acabar com aquele malfadado artigo que trata de bingo e quermesse.

Para resgatar a verdade, Sr. Presidente, eu acho que é justo dizer isso. Esse acordo foi construído com os Deputados que estavam aqui. Os Deputados que aqui não estavam não chegaram no horário. Mas os que estavam, inclusive do PSOL, do PMDB, enfim, a maioria dos partidos que estava presente combinou com o Deputado Vicente, que só não o acatou de plano porque o Regimento não permite, mas ele se declarou aqui ontem a favor do destaque do PSOL, portanto, pela retirada dos bingos.

Por acaso, eu sou contrária à matéria, assim como, acho, a imensa maioria.

Mas também há que se dizer que o Deputado Vicente Candido agiu pensando não no bingo, mas sim na quermesse que normalmente acontece no interior do Estado para arrecadar fundos para aquela agremiação partidária. De qualquer maneira, essa foi uma decisão tomada anteriormente.

Sr. Presidente, eu disse isso só para deixar claro que não é justa a matéria do jornal *O Globo* de hoje, em que condena o Deputado Vaccarezza... Perdão, desculpe-me, Deputado Vicente Candido. São tantos os pepinos que lemos que ficamos tontos. Desculpe-me, Deputado. Mas, enfim, não seria justo não fazer esse registro, porque esse acordo foi realizado ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Em 2 minutos, vamos encerrar a votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero dizer isto, até em respeito também às pessoas que estão aqui. Eu não almocei. Eu tinha uma audiência com o Ministro da Cultura às 15 horas, e não saí. Não há quase mais



ninguém. Não é justo com quem está sentado aqui. Alguns foram lá comer. Eu não comi!

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - O Deputado do PP está chegando. Ele pediu...

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Peço a palavra para falar como Líder. Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Cacá, V.Exa. tem a palavra, pelo tempo da Liderança.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente Sandro Alex, nós estamos aqui terminando esse processo. O nosso entendimento é o de que ele se iniciou de forma bastante confusa. Até as próprias assessorias discordavam, em determinado momento, do posicionamento e da maneira como teria que ser feito esse procedimento de votação. Isso acabou gerando desgaste, acabou gerando um excesso de tempo, desnecessariamente. Temos entendido que a nossa democracia permite que essa conversa, essa discussão seja feita da melhor forma possível.

Particularmente, sempre defendi que essa discussão fosse feita em plenário. Eu tenho absoluta certeza de que é o que vai acabar acontecendo, até porque, hoje, vamos votar a PEC e decidir se haverá fundo, se não haverá. Então, teremos o tempo necessário para fazer essa discussão.

Entendo que a proposta feita pelo Podemos, por intermédio da nobre Deputada Renata Abreu, clareia ainda mais essa questão. Não acho ainda que essa proposta seja a ideal, mas ela traz uma nova forma de discussão, que pode ser levada ao Plenário desta Comissão. Foi por isso que mantivemos essa discussão. Apresentamos esse destaque supressivo, para que venha a ser retirada do texto essa parte e possamos acrescentar, depois, o texto oferecido pela Deputada Renata Abreu.

Este é um tema bastante polêmico. Já estamos muito atrasados nesse processo, pois essa matéria já deveria ter sido encaminhada ao Senado Federal, para que lá fosse discutida e também para que o Senado pudesse fazer as alterações que virão a acontecer, porque temos até o dia 7 de outubro para ver essa questão aprovada.



Sr. Presidente, esse foi o sentido da nossa apresentação do destaque, através do Partido Progressista. Entendemos que este debate vai acontecer hoje. Teremos ainda uma noite bastante longa, para discussão da PEC 77, que é o que dará o corpo realmente a todo o processo, ao sistema eleitoral e também à questão do financiamento de campanha. Como foi falado aqui por alguns dos nossos colegas, devemos discutir inclusive de onde serão retirados esses recursos.

Chegou aqui agora o Deputado Benito Gama, para também proceder ao seu voto.

O nosso entendimento é o de que esta proposta vai ter o tempo necessário para ser debatida em todo esse processo no plenário da Câmara dos Deputados.

Nós temos vivido bons momentos. Não posso deixar de elogiar, pela condução desse trabalho, o Deputado Lucio Vieira Lima, V.Exa., também o Deputado Lázaro, o Deputado Vicente Candido, que sempre procurou proporcionar algo e se exauriu, muitas vezes colocando no texto matérias que inclusive iam de encontro ao seu próprio pensamento e ao seu próprio entendimento.

Foi dessa forma que fizemos essa discussão até aqui, foi dessa forma que temos levado todo esse processo até aqui. Temos dado a todos os nossos colegas a oportunidade de discussão e de votação.

O Deputado Benito Gama vai votar agora, e eu vou poder encerrar as minhas palavras.

Sr. Presidente, foi dessa forma que entendemos a questão e assim apresentamos o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Está bem.

V.Exa. votou, Deputado? *(Pausa.)*

Mais alguém? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: “sim”, 15 votos; “não”, 16 votos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um registro. Se V.Exa. tivesse cumprido a sua promessa dos 5 minutos, provavelmente teria havido empate, e V.Exa. iria fazer o desempate. Quando nós fazemos um acordo, em qualquer lugar que seja, o legal é que seja cumprido. V.Exa.



disse que seriam 5 minutos. Eu pedi a palavra e falei por 3 minutos, e V.Exa. depois esperou pelo Deputado Benito Gama. Eu fiquei muito triste...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O Deputado pediu a palavra para falar como Líder. Eu dei antes a palavra a V.Exa., Deputada. Da mesma forma, ele poderia ter...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. havia combinado o prazo de 5 minutos. E eu acordo isso com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Fica prejudicado o Destaque nº 47.

Passemos ao próximo item.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, creio que só há uma única alternativa agora: acatarmos o destaque da Deputada Renata.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero encaminhar, Sr. Presidente. Vou encaminhar.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Parece-me que é o que restou. Proponho a V.Exa., ouvindo-se o Plenário, lógico, que possamos decidir, na próxima votação, pelo sistema simbólico, para avançarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos perder de novo! Querem perder de novo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vamos ao Destaque nº 31.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vai haver o encaminhamento sim. V.Exas. irão falar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Peço a palavra para encaminhar o destaque.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Sr. Presidente, deixe-me só propor uma coisa ao Relator. Há muita dúvida com relação ao texto. Inclusive, essa emenda foi com o dia 1º de janeiro por falta de destaques, porque nós trabalhamos



com voto em separado. Eu acho que caberia aqui a construção, com o Relator, de um texto de consenso.

Inclusive, Deputado Vicente, a data seria a de hoje, por exemplo. Assim haveria menos discussões. Vamos construir um texto em conjunto, um texto que todo mundo aqui aprove, e trabalhar. Se V.Exa. colocar a data de hoje, eu acho que resolve o problema. A questão do critério proposto, pela data atual da bancada, tem maioria para a aprovação, tanto aqui como no Plenário. Se nós trabalharmos sem a data de 1º de julho, já se resolve essa questão, senão o debate pode ficar em aberto.

Eu acho que isso vale. Se V.Exa. pegar a proporcionalidade, eu lhe falo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputada Renata, V.Exa., inclusive como autora, vai ter a palavra agora.

Eu quero encaminhar o destaque, a votação do art. 10, incisos I e II constantes da Sugestão nº 18, para substituir o art. 9º do Anexo I.

Encaminhamento de votação.

Tem a palavra a autora da sugestão, a Deputada Renata Abreu, para encaminhar a votação do requerimento.

V.Exa., Deputada, que já estava falando, dispõe de 5 minutos. Quero deixá-la com a palavra para que possamos acelerar os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - A minha sugestão, Presidente, acabou ficando no destaque, porque eu tinha trabalhado com o voto em separado. Eu já tinha até conversado com o Deputado Vicente quanto a haver uma data estipulada. A discussão toda sobre a data, eu acho, é um consenso. A questão é sobre como o recurso vai ser distribuído. Essa é a grande discussão.

Sobrou apenas o destaque da emenda, que foi um problema porque o relatório foi alterado várias vezes e, obviamente, o prazo de emendas não foi estendido. Então, ficamos sem opção.

O interesse não está em aprovar a data de 1º de janeiro. A nossa ideia é criar o critério de proporcionalidade pela bancada atual. Existe a segurança da não negociação. E isso já tem maioria nos partidos em que obviamente a redistribuição é consenso.



Eu ia propor ao Deputado Vicente que acatasse uma sugestão com a data atual da bancada, e prosseguiríamos, a fim de termos um texto melhor para ir para o plenário.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputada Renata, a divergência não se resume só à questão da data. Acho que ela é mais profunda. Tanto é assim que a votação expressa isso. Aqui foi por tempo de votação. Poderia ter dado um a mais, um a menos, se na votação aqui houvesse o quórum pleno. Acho que essa divergência vai continuar sendo expressa no Plenário. Como o Regimento permite que bancadas resgatem aqui propostas derrotadas ou modificadas, e daqui vão para o Plenário, eu acho que vai ser o mais adequado, porque não vai haver acordo simplesmente ao se adotar aqui uma proposta que faz ajuste de datas. Acho que não vai haver acordo aqui na Comissão.

Então, vamos ao debate sobre o destaque de V.Exa., e o Plenário, depois, vai ser soberano quanto às propostas que aparecerem lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. vai falar?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu acho que não é preciso mais esclarecer o que está em votação, porque...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, esclarecer, não! V.Exa. vai defender a posição do relatório?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não. Eu já a defendi anteriormente. Está em debate o destaque dela, que já é de conhecimento público. Acho que poderia até ir direto para encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero fazer o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - V.Exa. quer encaminhar contra ou a favor?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Contra.

Alguém vai querer encaminhar a favor? O Deputado vai encaminhar depois a favor. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra, Deputada Laura, por 5 minutos.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu tenho uma relação pessoal ótima com a Deputada Renata. Esta questão não é pessoal nem é partidária, eu diria, porque, se pode haver alguém aqui que diz que posso me mudar para qualquer partido a qualquer momento, sou eu, pois não me elegi no PMDB. Eu nem usei janela nenhuma. Então, se alguém está à vontade para falar, sou eu.

O que faz este destaque é retirar, na verdade, como estava a proporção dos Deputados para se chegar aos valores, aos valores desse fundo, que pode não acontecer. Em acontecendo, nós estamos propondo, em princípio, que seja assim. Antes, eram 2% para todos; Deputado Molon, 49%, considerando-se a proporção dos votos que obtiveram na última eleição; 34%, considerando-se a composição das bancadas no dia 10 de agosto; 15%, considerando-se a composição do Senado em 10 de agosto. A proposta da Deputada acaba com isso tudo! A proposta da Deputada Renata é muito simples. Ela diz assim: *“São 2% para todos. E 98% para quem conseguir Deputado até 1º de janeiro”*. Essa é a proposta! Quem não quiser enxergar não enxerga.

Agora eu vou citar aqui os partidos que perderam Deputados. Perdeu Deputados o PT, perdeu dez Deputados. Perdeu Deputados o PSDB, perdeu nove Deputados. Perdeu Deputados o PMDB, perdeu quatro Deputados. Perdeu Deputados o PTB, perdeu oito Deputados. Perdeu Deputado o Solidariedade, perdeu um Deputado. Perdeu Deputados o PSC, perdeu três Deputados. Perdeu Deputados o PV, perdeu seis Deputados. Perdeu Deputados o PROS, perdeu cinco Deputados. Perdeu Deputado o PPS, perdeu um Deputado. Perdeu Deputados o PCdoB. Perdeu Deputados o PRP, perdeu dois Deputados, passou a ter somente um. Perdeu Deputado o PSDC, que acabou. Perdeu Deputados o PMN, perdeu três Deputados e também acabou.

Quem ganha nessa brincadeira? Temos que dizer quem ganhou. Tem que haver um motivo para esta briga toda, para se parar a votação e se sair catando Deputado. Tem que haver um motivo, além da grana, é claro!

Então, vamos lá. O PP saiu de 38 e foi para 45. Eu nem vou dizer a diferença, que não vale a pena. O PSB saiu de 34 e foi para 36, mas sabemos que o PSB vai se desintegrar, está acabando. E até o dia 28...



O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - O PSB não está acabando, não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, amor, está se desintegrando.

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - Houve um engano aí. Calma, calma!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há uma briga de dois lados do PSB.

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - Tudo bem, mas o PSB vai continuar. Calma!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É claro que vai, meu amor. É claro que vai! O PSB vai continuar, mas vai continuar perdendo Deputados.

E, com esse critério, vai partir do que tinha como PSB, Partido Socialista Brasileiro, e vai chegar à eleição que vem arrasado. Eu estou defendendo o PSB.

Vamos continuar. O PSD ganhou dois. O PR ganhou quatro. O PRB ganhou unzinho só. O DEM ganhou oito. Vamos lá. O PDT ficou da mesma forma. Pedem que fale sobre a REDE. Calma! Vou chegar lá. O PSOL ganhou um, mas eu considero que o PSOL...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputada Laura, V.Exa. quer ganhar no cansaço, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estou lendo. É com base no cansaço mesmo que eu vou falar.

O PSOL — eu tenho o maior respeito pelo PSOL —, tenho certeza de que ele não vota, em função desse número. O PHS ganhou dois. O PTdoB ganhou três. O PSL ganhou dois. O Podemos ganhou 13. Agora dá para entender a proposta da Deputada Renata! Ela ganhou 13 Deputados. Nos últimos dias, ganhou dois. O PEN, coitadinho... Não, ganhou um. A REDE. é um partido novo, não existia na época das eleições, é natural, ganhou quatro. Na verdade, não ganhou, porque antes não existia. Então, a REDE não ganhou nem perdeu, porque ela não existia.

Sr. Presidente, o que me angustia é que as pessoas esqueceram isso tudo. O que estamos dizendo é que, se houver fundo, será dividido pelo número de Deputados. Então, ficou claro quem ganha e quem perde.

Desculpe-me.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana para encaminhar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A Deputada Laura Carneiro fez um raio-x preciso do que está em jogo. Esta é a minha quarta Comissão da Reforma Política. Vamos resgatar a essência. Não se reforma por reformar. Nós tínhamos três objetivos estratégicos. Primeiro, aproximar a população da sua representação política, mudando o sistema eleitoral. Não o fizemos. Podemos até piorar um pouquinho.

Segundo, dar ao sistema político um financiamento democrático, transparente. No entanto, vamos ficar num vácuo. Nós estamos discutindo um pouco o sexo dos anjos. Nós estamos loteando a lua. Nós estamos discutindo a partilha de um fundo que não existe. A minha intuição, o meu *feeling* é que não passará no Plenário. Então, não nos aproximamos da população, caminhando para uma territorialização do voto distrital misto ou puro ou para uma ancoragem dos mandatos nos programas, através da lista partidária. Nós ficamos no pior dos mundos, com duas opções que são muito ruins: o sistema atual ou o distritão. Não resolvemos a contento o problema do financiamento.

E o terceiro objetivo é fortalecer o sistema partidário. Isto aqui é a confissão da falência. Este destaque é o fim de um ciclo em que o sistema político partidário brasileiro está confessando a sua falência. Nós estamos aqui colocando no altar o estímulo à fidelidade partidária, à consistência partidária e legitimando a radicalização do mercado persa. A janela aberta está lá na frente — não sei se não estão pretendendo criar outra janela —, mas o diagnóstico feito pela Deputada Laura Carneiro já é fatal. Pode-se provocar uma crise no partido e se criar um ambiente de justa causa para se migrar, e aí vai haver um mercado de fundo futuro. Nós criamos a bolsa de mercado futuro para efeito do sistema partidário, porque será possível ao Deputado estabelecer quanto ele vale na transferência, quanto ele carrega de portabilidade e poderá dizer assim: *“Olhe, metade fica para o partido, e a outra metade você devolve na minha campanha”*.

Então, é um escândalo isso! É um escândalo. É uma desmoralização. É fim de trecho. Eu cantei essa pedra. Eu já era cético. Esta é a minha quarta Comissão



da Reforma Política. Nós produzimos um monstrego, que é esse sistema que nos levou a esta crise de governabilidade permanente, a este presidencialismo de cooptação. Qualquer Presidente da República vai encontrar um quadro piorado. A governança e a governabilidade vão estar em piores condições. Com essa legislação que nós estamos criando, em vez de 25, vão existir 30 partidos, e os partidos que são vertentes de sustentação da hegemonia de um governo, seja ele qual for, vão ter uma dispersão maior, um número menor de cadeiras para organizar a hegemonia.

Então, isso é um escândalo. É uma reforma que se está desmoralizando. É como um jogo de soma zero. E eu já estou antevendo que, no plenário, nós vamos morrer na praia mais uma vez, isso porque nós promovemos um monstrego, que não vai se autorreformular. Eu já estou convencido disso. Estou com proposta pronta de um plebiscito em 2020, porque o Congresso não consegue criar convergências relevantes sobre um assunto essencial, que é a modernização da democracia brasileira. Então, que a sociedade dê o rumo, porque nós não vamos superar esse impasse! Os cálculos pequenos, os interesses pessoais e setoriais, os interesses partidários predominam aqui dentro, e nós não pensamos na democracia brasileira e no futuro do País.

É uma excrescência essa proposta de transferir para o futuro, para janeiro, e patrocinar o festival de desmoralização do sistema partidário, que já está entre os tacos e o carpete, mas que sempre pode piorar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Betinho, Deputado Henrique, nós vamos passar à orientação dos partidos, e V.Exas. poderão usar o tempo na orientação.

Trata-se de destaque de parte da sugestão. Quem votar “sim” aprovará a parte destacada da sugestão, modificando o texto do Relator. Quem votar “não” rejeitará a parte destacada da sugestão.

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB, Deputada Laura? (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Castro, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual é a orientação?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Quem vota “não” rejeita a parte destacada. Quem vota “sim” aprova a parte destacada, aprova a sugestão da Deputada Renata Abreu.

Tem a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, nobres colegas, eu quero fazer minhas as palavras do Deputado Marcus Pestana. Nós chegamos ao fundo do poço. Com relação a essa proposta, a menor palavra que se pode dizer sobre ela é esta: indecente.

Tenho todo o respeito pela Deputada Renata Abreu. Ela diz que foi obrigada a fazer isso porque não tinha outra emenda que pudesse ser utilizada.

Imaginemos: nós vamos criar um fundo precificado que vai dizer de quanto ele será, quanto vai valer cada Deputado, para irmos a leilão dia 1º de janeiro. Eu nunca imaginei que pudéssemos chegar um dia à degradação a que estamos chegando.

Sr. Presidente, nobres colegas, só nos resta votar contra essa proposta da Deputada Renata Abreu, para deixar o vazio do relatório para se construir uma proposta minimamente consensual daqui para o dia, mesmo porque os nossos prazos estão expirando. Essa votação vai ser feita aqui e vai ser feita no Senado. Se nós tirarmos os Senadores — houve toda uma construção demorada — de toda essa distribuição de recurso, o que os Senadores vão fazer? Vão modificá-la quando chegar lá, ela vai ter de voltar para cá de novo. Não dá mais tempo.

Então, é uma questão de bom senso, além de ser uma medida de racionalidade para podermos avançarmos ainda nessa reforma política, contando com toda a boa vontade que está tendo o nosso Relator.

O PMDB, portanto, orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PT, Deputado Henrique Fontana?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, na minha avaliação, com todo o respeito aos colegas, a última votação indica que nós caminhamos para um impasse.

Concordo muito com a avaliação do Deputado Pestana neste caso, mas não com a ideia de um plebiscito. O que está Câmara deve reconhecer é que ela, como



não tem disposição de mudar o sistema político estruturalmente, deve dar ao povo brasileiro o direito de eleger uma Constituinte exclusiva e específica para modificar o sistema político do País.

A votação anterior é o mapa, salvo raras exceções, perfeito. Há partidos que estão aguardando novos filiados. Por que o DEM votou a favor, por exemplo, deste critério absurdo, segundo o qual o fundo, se existir, vai distribuir 98% dos recursos com base no número de Deputados em janeiro do ano que vem? Porque o DEM está em pleno processo de cooptação de Deputados.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - De crescimento.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O Deputado Sóstenes tenta me corrigir, mas esse crescimento... Eu gosto do crescimento em relação ao qual o eleitor decide, não do crescimento articulado à Mesa do Presidente da Câmara, com base em cargos, em vantagens. Eu gosto de crescimento decidido pelo eleitor. Se o eleitor der uma bancada maior para o DEM, eu estarei de acordo, mas não estarei de acordo com os acordões que deslocam Deputados daqui para lá e que manipulam a vontade do eleitor.

Sr. Presidente, com a compreensão de V.Exa., eu quero chamar a atenção para o risco que representa o passo que estamos dando...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, o tempo é livre?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Calma, Deputado, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu só estava perguntando se o tempo é livre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O período é de orientação, Deputado Henrique.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, apesar de o Deputado Efraim não querer me ouvir...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu e muita gente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - ...eu quero dizer ao Brasil... Há bastante gente que quer me ouvir, viu, Deputado?



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Use o seu tempo regimental. V.Exa. vive nos cobrando respeito ao Regimento no plenário, e aqui quer usá-lo ao seu bel-prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Fontana...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas de que tempo está falando V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Há dois tempos e duas medidas!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas de que tempo está falando V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Dois tempos e duas medidas!

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, de que tempo está falando o Deputado Efraim? De que tempo está falando o Deputado Efraim?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só quer usar o Regimento quando é a seu favor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É o meu tempo ou é o tempo de quem...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - V.Exa. só quer usar o Regimento quando...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ele está cancelando a minha palavra, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O tempo de V.Exa. já está esgotado. Como vota o PT? Nós já demos o tempo regimental a V.Exa.

O Deputado do Democratas também não está no seu tempo.

Deputado Henrique Fontana, eu só peço que faça a orientação: “sim” ou “não”?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, eu já vi, muitas vezes, estenderem o prazo, darem 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Eu estendi o de V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, eu lhe peço isso para concluir. Eu vou orientar. Eu vou orientar.



O que eu quero dizer é o seguinte, Sr. Presidente: se nós não votarmos esse projeto de lei em plenário antes da data prevista, as candidaturas a Governador de São Paulo, por exemplo, poderão gastar 73 milhões de reais, a Governador do Ceará, 81 milhões, a Governador de Minas Gerais, 44 milhões, a Deputado Federal no Rio de Janeiro, 5 milhões e 783 mil reais. Nós vamos ter uma das campanhas mais caras da história do Brasil, que é a democracia dos ricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PT, Deputado Henrique?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nesta votação, nós votamos “não”.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O Democratas vai ter o tempo de orientação.

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, 1 minuto. O meu Líder está aqui e vai falar pelo tempo de orientação do Democratas. Eu fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Um minuto só, Deputado Sóstenes.

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, é de impressionar a capacidade deste Parlamento de buscar a imolação. Nós estamos fazendo um debate, e o objetivo inicial era melhorar o sistema. Surgem então ideias do nada, dos escaninhos desta Casa, visam tão somente piorar o sistema, que já é ruim. A opinião pública vai olhar para esta Câmara e dizer: “*Vocês, de fato, não têm condições de representar o sentimento que está aqui fora*”. Não está se buscando a transparência, não está se buscando o fortalecimento da representação política, não está se buscando o fortalecimento e a legitimação a partir do voto. As manobras é que estão prevalecendo para garantir fortalecimentos artificiais. Isso é um grande perigo e uma armadilha para um sistema que já é frágil.



Portanto, nós vamos orientar “não”. Vamos enfrentar esse debate no plenário. A minha convicção, que vai se formando e se afirmando, é a de que não vamos conseguir aprovar nada, porque o interesse republicano está sempre sendo colocado de lado, para se atender o interesse imediato de partidos que querem crescer de maneira artificial.

O nosso voto é “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente, a Deputada Renata Abreu, durante a sua fala e durante o seu encaminhamento, deixou à disposição do Relator inclusive a mudança da data da emenda que ela colocou. Eu tenho certeza absoluta de que o Plenário vai corrigir isso.

Eu concordo também com que não podemos abrir um balcão de negócios relativo a um fundo que ainda não existe, e espero que não venha a existir.

Então, essa foi a forma que a Deputada Renata Abreu e que o Podemos encontraram de se manter a discussão para que permanecesse aqui na Câmara dos Deputados o cálculo, como é feito hoje, do fundo partidário. É feito pelo número de Deputados Federais do partido. Acho que essa data vai ser discutida no plenário no momento oportuno.

É por isso que votamos “sim”, votamos com o texto da Deputada Renata Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PR?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, o PR vota “sim”. E uma vez mais ressaltamos a importância de acatarmos a proposição da Deputada Renata Abreu, que ora discutimos, para que a vigência seja imediata.

Então, nessas circunstâncias, o PR encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSD?

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Sr. Presidente, a proposta da Deputada Renata Abreu, com certeza, vai fazer com que os partidos menores tenham mais espaço. É por isso que eu estou observando a orientação. Os partidos grandes têm um posicionamento, e os partidos médios e pequenos têm outro. É importante que tenhamos esse diálogo na Câmara dos Deputados, para que



possamos fazer o encaminhamento no sentido de se vote alguma coisa nessa reforma política.

Então, o PSD encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSB, Deputado Ducci?

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - Em primeiro lugar, pode ficar todo mundo tranquilo, porque o PSB não vai acabar. O PSB é um partido que tem uma história de 70 anos, que passa por João Mangabeira, por Jamil Haddad, por Arraes, por Eduardo Campos e por tantos outros.

O PSB acha um absurdo hoje votarmos essa emenda que remete para o dia 1º de janeiro de 2018 o estabelecimento dos valores que cada partido vai receber e não considera a data de hoje ou a de 10 de agosto, como estava estabelecido, ou, melhor ainda, a data das eleições anteriores.

Então, o PSB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o Democratas, Deputado Efraim?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, é incrível, há dois pesos e duas medidas. O PT cobra que se respeite o Regimento, mas, quando lhe interessa, quer ultrapassá-lo sem nenhum respeito, a seu bel-prazer

Quando o PT articulou a criação de um partido, vociferou o fim do Democratas — hoje é ele que padece desse mal — e tirou o tempo de televisão e o fundo partidário do Democratas, conforme decidiu o Tribunal Superior Eleitoral.

Então, o que se está propondo é exatamente o que o Tribunal Superior Eleitoral definiu. A Deputada Renata Abreu estipular uma data, atual ou passada, para que não haja espaço para o único argumento daqueles que contestam, o de que o mercado se abriria mais para frente, é a melhor das soluções para se respeitar o quadro da Câmara atualmente e não haver nenhum tipo de distorção nessa distribuição.

O Democratas orienta o voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?



O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, o PTB vota pelo mesmo critério da composição desta Comissão, que foi o de 1º de fevereiro de 2015.

Então, o voto do PTB é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o Podemos?

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Presidente, como eu já falei, e estou conversando com alguns, a ideia é que, aprovado o critério da proporcionalidade, logo em seguida possamos propor ao Relator que estabeleça data fixa, a data de hoje. E acaba a discussão. Foi o que o Deputado Efraim falou.

A Deputada Laura estava falando, mas essa proposta atende a 95% dos partidos. A proposta, como está sendo colocada pelo Relator, atende aos três maiores e a partidos sem representação.

A nossa discussão aqui é somente sobre a data de 1º de janeiro. Eu já estou propondo que, se aprovada esta emenda, se estipule a data de hoje, e acabou a discussão. Eu acho que vai haver consenso, se aprovada a emenda, para que se mantenha a data de hoje.

Então, eu peço o apoio dos Parlamentares, no sentido de que votem “sim” a esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o Solidariedade?

O SR. DEPUTADO AUREO - Sr. Presidente, o Solidariedade, em entendimento com a Deputada Renata Abreu, estabeleceu acordo para se manter a data e, depois, no plenário, definir a data de hoje

Para que não tenhamos problema no sistema eleitoral e no sistema político brasileiro, nós vamos encaminhar “sim”, mas com o compromisso do acordo feito pela Deputada Renata Abreu...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Que acordo?

O SR. DEPUTADO AUREO - Deputada Renata Abreu...

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - O quê? É um acordo com os partidos, um acordo com os partidos.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É preciso que seja respondido se regimentalmente, quanto à emenda que foi aprovada para 1º de janeiro, o Relator pode mudar essa data. É claro que não pode.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por acordo aqui, eles já fizeram tudo, Deputado Marcelo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O.k. Mas eu já disse para a Deputada...

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Ele mudou outros textos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não, eu já disse que...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mudou. Mudou o do *telemarketing*, mudou tudo.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Mudou, sim, gente. É claro que pode.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não, mas eu disse no começo... Deputada Renata Abreu, V.Exa. propôs que poderia...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - V.Exa. fez acordo sobre o *telemarketing*, não fez, Relator? Aí, porque atende ao PMDB, o PMDB agora chia? Fizeram um acordo para mudar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Efraim, não deturpa a questão, V.Exa. é Líder e tem responsabilidade diferenciada.

Nós fizemos uma redação de acordo com a Comissão, que vai ao Plenário. A Deputada propôs para mim isso, e eu falei: *“Essa matéria não tem acordo. Só de mudar a data, não tem acordo. Então, cada um vai para o plenário do jeito que quiser”*. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o Solidariedade, Deputado?

O SR. DEPUTADO AUREO - O Solidariedade encaminha “não”, Presidente. Se não existe nenhuma proposta de acordo com a data, ele encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vota “não”.

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV?



O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - O PV encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSOL, Deputada Erundina?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Presidente e colegas, para quem participou, nas últimas cinco legislaturas, de todas as Comissões Especiais de Reforma Política, é muito triste, decepcionante e frustrante chegar a este momento.

Isso não é uma reforma política, até porque este é o pior momento para se construir ou tentar aprovar alguma reforma política neste País, quando se está vivendo uma profunda crise política institucional, com uma Casa de representação popular que não tem legitimidade nem credibilidade para promover uma mudança que vai ter impacto na vida da sociedade para os próximos anos, para as próximas décadas.

Por isso, Sr. Presidente, chegou-se a esse impasse. Nós estamos vivendo uma situação de profundo impasse e de profunda responsabilidade, ou irresponsabilidade, diante da sociedade, quando se promete uma reforma política que não serve nem sequer para corrigir as maiores distorções do atual sistema político no nosso País.

E aqui eu retomo uma proposta que a sociedade civil vem fazendo há muitos anos, a sociedade civil organizada, que nunca deixou de dar a sua participação na construção de uma autêntica e verdadeira reforma política: a proposta de uma Constituinte exclusiva, como colocou o Deputado Henrique Fontana, que é testemunha de que essa proposta está na agenda da sociedade há décadas.

Então, vamos assumir a responsabilidade, ou com responsabilidade, o fato de esta Legislatura não ter a capacidade política nem a legitimidade política de fechar uma reforma política que é esse monstro que nós estamos a discutir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSOL?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Portanto, somos contra esse destaque e contra aprovar uma reforma política que é o maior engodo que esta Câmara já promoveu em nosso País, num momento crítico da vida nacional, que vai ser mais uma frustração e uma desmoralização da política diante da cidadania, diante do povo brasileiro.



O PSOL vota “não” e lastima esse resultado a que se chegou.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, o PROS já manifestou publicamente que é contrário a esse fundo. Já está publicado!

E eu vou ser sincero: com relação a esse rateio da grana aqui, estão preocupados com o dinheiro de um fundo que estão chamando de “democrático”. Democrático?! Que fundo democrático é este aqui? *“Não, porque na Alemanha e na Suíça, há um fundo”*. Está bem. Então, seja Deputado igual na Alemanha e na Suíça e vá morar numa quitinete. Vá morar numa quitinete e vá fazer igual ao Deputado da Alemanha e da Suíça.

Então, o PROS já se manifestou contra o fundo.

Aqui, quem votar “não” mantém o texto do Relator. E nós estamos discutindo um dinheiro que não existe, gente! Isto aqui é rateio de grana, de dinheiro que não existe. Eu já falei: a galinha nem botou o ovo! Meu Deus do céu, gente! Sinceramente, eu estou com vergonha! Está difícil discutir um negócio destes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Já vou falar. Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Por favor.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Nós já nos manifestamos contra o fundo. Vamos brigar no plenário para este fundo não passar.

O PROS vai ficar votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota a Rede Sustentabilidade?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, coerente com aquilo que disse há pouco e contrária à reserva de apenas 2% para a distribuição igualitária entre os partidos — o que fere um dos fundamentais princípios democráticos da nossa Constituição —, a REDE vota “não” à proposta da Deputada Renata Abreu por conta desse percentual e insiste e lamenta que tenha sido aprovada, sem qualquer destaque, a própria criação do fundo, fruto do encaminhamento da votação feita ontem.



Vamos fazer este debate no plenário, e aqui vamos votar “não” à proposta da Deputada Renata, pela mesma razão como votamos “não” ao texto do Relator: a desigualdade na distribuição dos recursos para a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Há mais algum partido que não orientou? *(Pausa.)*

Eu quero só, por justiça, conceder 1 minuto ao Deputado Sóstenes, porque S.Exa. foi citado.

Deputado Sóstenes, V.Exa. tem 1 minuto antes de abrimos a votação.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Presidente, obrigado.

Só quero dizer que eu sou Parlamentar de primeiro mandato e fui um dos eleitos por outro partido que migrou por ocasião da janela partidária última que houve.

Quando eu vejo colegas se referirem ao meu atual partido, o Democratas, como o que está cooptando, gostaria de dizer que quando decidi ir para o Democratas, eu o fiz de maneira ideológica. Desde quando me elegi no partido anterior, eu perguntei ao meu então Presidente qual era a posição ideológica do partido. Ele assumiu um compromisso, e depois fez acordo justamente com o Governo anterior, do PT e da Esquerda, de que eu não queria participar. Foi por isso que eu saí.

E acho injusto ter deixado os votos para trás, porque os votos que eu tive na eleição passada terei da mesma forma, desta vez no Democratas. E esses votos vão para o Democratas.

Por isso, eu não aceito e repudio a palavra “cooptar”. Não é o que o Democratas faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Atenção, Parlamentares! Nós vamos agora entrar em votação. Estamos com o painel...



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, dá para orientar ainda pela Minoria, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Não, já passou. É matéria vencida. A não ser que V.Exa. queira colocar “sim” ou “não” no painel. Eu já chamei aqui a Minoria. V.Exa. quer encaminhar “sim” ou “não”? *(Pausa.)*

Nós vamos entrar em votação, Deputado Fontana. Isso é importante.

Atenção, Deputados!

Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis à aprovação da parte destacada da sugestão...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, faz uma votação nominal de ofício, porque está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Um minuto só. Eu vou pedir inclusive às assessorias que deixem os Parlamentares, somente os Deputados Federais manifestarem-se neste momento.

Nós estamos com o painel dividido, e não cabe ainda votação nominal regimentalmente. Porém, a votação é dividida. E se nós não conseguirmos perceber o resultado, eu vou passar para votação nominal de ofício. Eu aqui tenho que ser juiz, não tenho que ser partícipe da votação neste momento.

Os Deputados favoráveis à aprovação da parte destacada da sugestão permaneçam como se encontram, quem vota “sim”, com a Deputada Renata Abreu, permaneça como se encontra. Os contrários à redação da Deputada Renata Abreu se manifestem. *(Pausa.)*

Os contrários permaneçam como estão, por favor. *(Pausa.)*

Eu vou dar votação nominal. Nós estamos com a votação dividida.

Está iniciada a votação nominal.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(Processo de votação.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, enquanto os colegas estão votando, eu queria aproveitar só para mostrar aqui uns dados



alarmantes. Eu acho que posso falar. V.Exa. está votando, então, vou falar rapidinho.

Há aqui um gráfico comparativo da distribuição do fundo, dos 3 bilhões de reais. Só para nós termos uma noção, vou pegar um exemplo aqui: na eleição passada, os partidos grandes gastaram 57% dos recursos, e, com o projeto do Relator, passariam a gastar 37%; já os partidos médios — portanto, PP, PSD, PR, PRB, DEM, PTB, Solidariedade e Podemos —, que gastaram 20%, passariam a gastar 37%, como os grandes.

Então, todo mundo gastaria mais ou menos a mesma coisa. Não existe um projeto mais democrático do que este.

Agora, só para nós termos uma noção, vamos dar um exemplo aqui com os números sugeridos por essa matéria que estamos votando. Vamos pegar o PRB, que gastou 128 milhões de reais. Ele teria um aumento e conseguiria gastar 136 milhões de reais. Ao invés de nós diminuirmos o preço da campanha, estamos aumentando.

Vamos dar outro exemplo aqui: o PR, que gastou 198 milhões de reais, vai gastar 246 milhões de reais. Olhem bem o que nós estamos votando. Meu Deus!

O Solidariedade, que gastou 76 milhões de reais, vai para 87 milhões de reais. E assim vai.

Os únicos que ficam mais ou menos iguais são o PSB e o PDT. Mas, se você considerar que é 1º de janeiro, aí o PSB... O PSOL também fica mais ou menos igual. O PHS aumenta um pouquinho e vai de 32 milhões de reais para 44 milhões de reais. O PSL, um partido pequeno, diminui de 19 milhões de reais para 14 milhões de reais. O PEN aumenta de 19 milhões de reais para 20 milhões de reais. O PTC diminui de 7,9 milhões de reais para 1,8 milhões de reais. Só para nós sabermos. O PSD aumenta um pouquinho também, mas não é nada de grave: vai de 205 milhões de reais para 234 milhões de reais.

Então, nós aumentamos a eleição. Fica mais caro ainda. Eu não consigo entender qual é o sentido disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós estamos aguardando o mesmo tempo da próxima votação?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Encerra, Sr. Presidente! Pelo amor de Deus, não dê mais tempo, não. *(Pausa.)*

Ah, há reunião do teto. Então, eu espero.

Sr. Presidente, só para lembrar, eu ainda há dois temas: o bingo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Há dois destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há o bingo, que é o último, é um acordão, e outro que eu não lembro o que é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós estamos com 5 minutos já de votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, o acordo é para tirar os bingos.

O Deputado Sóstenes Cavalcante me pergunta qual é o acordo. O acordo é para tirar os bingos.

Mas qual é esse destaque do art. 22? Eu não lembro mais. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É sobre o abatimento das multas, o desconto das multas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, esse é o das multas, que acabaram com o pessoal lá do Rio Grande do Sul.

V.Exa. viu a matéria de ontem? Cassaram vinte e tantos vereadores — V.Exas. viram? — porque consideraram fraude a colocação das mulheres. Vejam que loucura! Cassaram vereadores ontem! Não lembro qual foi o Estado, mas foi ontem.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Foi no Estado do Piauí, na cidade de Valença do Piauí. A Justiça cassou o mandato de alguns vereadores — somando com os suplentes, foram 26 — porque julgou que havia 5 candidaturas de mulheres que eram candidaturas fantasmas.

Então, anularam toda a chapa e estão fazendo agora os novos cálculos de recomposição, para saber como fica a nova Câmara.

(Não identificado) - Em Goiânia houve isso também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente, vamos encerrar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Eu vou encerrar a votação às 16h20min.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Daqui a 2 minutos.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO - O PRB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Peço que conste o voto "sim" do PRB no painel.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO - Só espere um pouquinho, para eu votar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - É claro. Por favor. *(Pausa.)*

O PRB votou? *(Pausa.)* O.k., Deputado? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Vamos proceder à apuração dos votos: "sim", 11; "não", 19.

Fica, portanto, rejeitado o destaque do Podemos.

Passemos à próxima votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Maravilha! Melhor não ter texto do que ter esse. Está *show!* Foi melhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Fica rejeitado, portanto, o Destaque nº 31.

Passemos agora ao Destaque nº 38, da bancada do PV.

Destaque para Votação em Separado — DVS do art. 22, Anexo I, conforme art. 161, § 2º.

Trata-se de DVS. Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator, quem votar "não" rejeita a matéria destacada e altera o texto do Relator.

Vamos passar à orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O PMDB, Sr. Presidente, acompanha o Relator e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vota "sim".



Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Quem votar “sim” vota com o Relator.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

(Não identificado) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O PSC vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O PSC vota com o Relator.

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O PHS vota com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSOL, Deputada Erundina?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, só falta aprovar esse destaque e mais o seguinte, que é sobre bingos, para desmoralizar de uma vez por todas essa proposta de reforma política que, lamentavelmente, esta Comissão patrocina.



Essa é a linha adotada pelo Governo ao anistiar os devedores da sociedade, do Estado brasileiro. É inadmissível que ocorra isso nesta Casa, numa Comissão Especial que, inclusive, é meio esdrúxula do ponto de vista de estar regulamentando algo que ainda não foi aprovado, nem sequer foi apreciado no seu todo pelo Plenário da Casa.

E aí se vem com um absurdo destes: anistiar 90% da nossa dívida. Nós estamos nos anistiando se aprovarmos esse destaque. Se forem anistiados 90% da dívida, partidos, pessoas físicas e pessoas jurídicas ficarão tendo que pagar, nos próximos 3 meses após a aprovação dessa matéria, apenas 10% de uma dívida de que não se sabe o montante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSOL?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Espere, Sr. Presidente! Escute o que nós estamos votando. A sociedade precisa saber o que se está votando nesta Casa. Nós estamos anistiando 90% das dívidas dos Parlamentares, dos partidos, das pessoas físicas que estão em débito com os cofres públicos.

Isso é um absurdo! Isso é uma desmoralização! Isso vem ao encontro do que a sociedade pensa desta Casa: que é uma Casa que não tem legitimidade, que não tem credibilidade e que anda e funciona de costas para a sociedade.

A posição do PSOL é “não”, denunciando à sociedade o que se está fazendo contra ela nesta Casa, nesta Comissão, nesta tarde.

É isto, Sr. Presidente. O PSOL vota “não” com muita indignação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, veja bem como estamos votando aqui.

Foi rejeitado aqui um destaque meu do art. 3º desse anteprojeto, que modifica o art. 9º da Lei nº 9.504 e cria duas categorias de eleitor: uma que pode votar e ser votada e outra que pode votar e não ser votada. Digo isso porque foi mantido o texto do Relator que diz que, no sistema de filiação, a pessoa terá 6 meses antes da eleição se for filiada a partido e 1 ano se não for filiada a partido. Que ano é esse? Quando a pessoa terá oportunidade de se filiar? Ela vai ter só 1 um dia, então, porque a lei tem que ser votada na Câmara, tem que ser votada no Senado e ir para



a sanção do Presidente. Aí, quando ela for para a sanção do Presidente, vão avisar para o Brasil.

Atenção, imprensa, ouça o que estou dizendo! Isso aqui é endereçado para alguém. Estão com medo de qual candidato?

A pessoa só vai ter talvez algumas horas: “*Você tem 24 horas, 12 horas para se filiar. Filie-se correndo no partido, para você ser candidato*”. Isso foi aprovado aqui, gente. Foi aprovado aqui.

O PROS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota a REDE?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, a REDE votará “não” a esse trecho do texto do Relator, porque discorda frontalmente dessa anistia às multas partidárias.

Nós vamos nos posicionar frontalmente contrários, votando “não” e lamentando que essa proposta tenha sido feita e acatada pela maioria dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota o PRP? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Quero dar a palavra ao Relator, para suas considerações antes do processo de votação.

Deputado Vicente Candido, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, eu deveria ter feito uso da palavra inicialmente, mas V.Exa. permite-me fazê-lo agora.

Nós não estamos dando anistia, estamos dando descontos para multas e juros, como faz o REFIS das empresas com fins lucrativos, Deputada Luiza Erundina.

Tradicionalmente, os REFIS dos governos, não só o federal, além de darem desconto em multas e juros, parcelam a dívida. Aqui não, aqui o partido que quiser pagar com desconto de 90%, o que é praxe, pagará à vista; as empresas ainda têm a prerrogativa do parcelamento.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pagarão à vista os 10%?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Essa é a mesma linha das empresas que têm fins lucrativos.

Estamos tratando de entidades paraestatais, que vivem com dinheiro público e não têm fins lucrativos, está certo? É um tratamento ainda diferenciado daquele que se tem com as empresas privadas. Além disso, nós estamos tratando de uma nova dosimetria, porque as multas são exorbitantes, são exageradas, são muitas vezes impagáveis.

E nós estamos aqui também, Deputado Molon, corrigindo uma anomalia do passado, quando havia dinheiro privado, dinheiro empresarial. Por um descuido, se alguém fez uma doação que era para pessoa física ou era para pessoa jurídica, ou extrapolou, por algum momento, o limite de doação, para o qual ninguém dava muita atenção, recebia uma multa de dez vezes o valor da doação, o que é praticamente impagável!

Por isso, nós estamos construindo uma situação para corrigir erros que não poderiam ser corrigidos se não houvesse um arcabouço legal como o que estamos aprovando aqui. Não há nenhum privilégio. Pelo contrário, o tratamento com as entidades que têm fins públicos e as paraestatais, como são os partidos políticos, está além do que se faz com as empresas privadas.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente, o PP vota "sim", mantendo o texto do Relator.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - O PT vota "sim", mantendo o texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação da matéria destacada permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado o texto do Relator, contra o meu voto e os votos da Deputada Luiza Erundina, do Deputado Ivan Valente, do Deputado Alessandro Molon, do Deputado Sergio Souza e do Deputado Márcio, do PRB.

Passamos ao último destaque.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, este último destaque trata-se de um dispositivo que permite aos partidos e entidades sem fins lucrativos fazerem bingos e rifas.

Ao contrário de matéria publicada por jornal de grande circulação, não haverá participação dos partidos no bolo orçamentário das loterias. Isso é mais para legalizar praxes que já acontecem, principalmente no meu partido, de se fazerem rifas para ajudar a arrecadar recursos para manutenção do partido.

Mas, como isso virou uma matéria polêmica, há um pedido da bancada do PMDB, que acha melhor não prosseguirmos, e há um destaque do PSOL, faço uma consulta aqui simbólica. Em havendo consentimento, fazemos uma votação simbólica e aprovamos o destaque.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É nosso o destaque. Eu queria encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, estamos de acordo com o Relator e com o destaque.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - De acordo com o Relator, todos vão aprovar o destaque, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Então, podemos registrar a orientação favorável ao destaque para todos os partidos?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isso. Há um acordo geral, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Então, como orientação de bancada, todos os partidos orientam o voto “não”.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - “Não”.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Observando todos os partidos presentes, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Todos encaminham “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Quem vota “sim” aprova a matéria. Quem vota “não” rejeita a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Na verdade, todos orientam “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Todos orientam o voto “não”. Não é isso?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Todos orientamos “não”. Mas, Sr. Presidente, é melhor que peça a orientação a quem está aqui presente, para depois não dar confusão.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Para evitar qualquer questionamento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito bem. Então, vamos à orientação

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - De forma breve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*
Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*
Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O PP vota “não”.
Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

(Não identificado) - O PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO LUCIANO DUCCI - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o Democratas?
(Pausa.)

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

(Não identificado) - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O Democratas vota “não”.
Como vota o PTB? *(Pausa.)*



Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Vota “não”.

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS?

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O PSC vota “não”.

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O PHS vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O PDT vota “não”. O PHS vota “não”.

Como vota a REDE?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A REDE vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PRP? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a palavra pelo PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Tem a palavra o PSOL, por 1 minuto, para orientar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Peço que conste no painel a orientação da REDE. O nosso voto é “não”. *(Pausa.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O Deputado Ivan está com a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria agradecer aos Parlamentares que acataram a proposta do PSOL.



Acho que nós cometeríamos um erro muito grande se aceitássemos esse texto, porque o art. 4º diz que nenhuma pessoa jurídica ou física poderá distribuir ou prometer distribuir prêmios mediante sortes, vales-brinde, concursos, bingos ou operações assemelhadas. Porém, mais adiante, colocaríamos uma exceção: de que tais operações poderiam ser feitas por partidos políticos durante o processo eleitoral.

Isso realmente seria desgastante e desmoralizante, porque traria de volta a jogatina, a lavagem de dinheiro e todo tipo de manipulação e falta de controle.

Portanto, considero que foi uma decisão sábia dos partidos políticos e do Relator a de retirar a proposta e acatar a emenda do PSOL, contra a possibilidade de se fazer esse tipo de sorteio, vale-brinde ou bingo. Nós não podemos, a partir do fim do financiamento privado, criar mecanismos que tentem suprir isso de forma desleal e que possa comprometer o pleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós vamos entrar na Ordem do Dia, Deputado. Precisamos concluir a votação.

Como orienta o PSOL?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu poderia até ter utilizado o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - V.Exa. utilizou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O tempo de encaminhamento é de 5 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Ah, muito bem! Mas é importante a votação. Vamos concluir a matéria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Deputado.
Em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação da matéria permaneçam como se encontram. Os contrários, ou seja, os que votam "não" se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitada a matéria.

Fica modificado o texto do Relator. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.